

Ferramentas analíticas para uma historiografia dos modelos sintáticos: rede taxonômica e glossário de metatermos da *Grammatica da língua Portuguesa* (1540), de João de Barros

Analytical Tools for a Historiography of Syntactic Models: Taxonomic Network and Glossary of Metaterms from ‘Grammatica da língua Portuguesa’ (1540) by João de Barros

Francisco Eduardo Vieira
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
João Pessoa | PB | BR
fevs@academico.ufpb.br
<https://orcid.org/0000-0001-5076-4488>

Resumo: Este artigo objetiva apresentar duas ferramentas para análise de modelos sintáticos na história da gramaticografia ocidental: a *rede taxonômica* e seu *glossário de metatermos*. Essas ferramentas são utilizadas na sistematização do modelo sintático contido na *Grammatica da língua Portuguesa* (1540), de João de Barros. A pesquisa alinha-se a reflexões sobre historiografia da gramaticografia e da terminografia (Swiggers, 2020; Gómez Asencio; Gonçalves, 2015; entre outros) e adere a certos princípios e procedimentos, como, por exemplo: a consideração do conteúdo dos metatermos na interface “conteúdo focal” e “conteúdo contrastivo”; e a análise dos metatermos em diferentes níveis de referência, dos mais “substanciais” aos mais “relacionais”. Os resultados mostram que a rede taxonômica registra graficamente e exemplifica as relações formais e lógicas entre os metatermos que estruturam um modelo sintático, capturando sua macro-organização e revelando detalhes terminográficos. Já o glossário de metatermos permite ao leitor do presente um entendimento mais aprofundado de um modelo sintático do passado, bem como o acompanhamento das transformações das relações entre termos e conceitos. A partir da interpretação da rede e do glossário de Barros (1540), conclui-se, entre outros pontos, que: a ideia de “regimento” se impõe na obra não só pela possibilidade de obediência ao sistema



de casos latinos, mas também pelo seu valor ao eixo da descrição metalinguística; o gramático é sensível a construções complexas da língua, embora lhe falte aparato técnico e terminologia apropriada para sistematizar esses processos sintáticos.

Palavras-chave: Historiografia da Linguística. Gramaticografia. Terminografia. Sintaxe. João de Barros.

Abstract: This article aims to present two analytical tools for the analysis of syntactic models in the history of Western grammaticography: the *taxonomic network* and its *glossary of metaterms*. These tools are employed in systematizing the syntactic model found in the ‘Grammatica da língua Portuguesa’ (1540) by João de Barros. The research aligns with reflections on the historiography of grammaticography and terminography (Swiggers, 2020; Gómez Asencio; Gonçalves, 2015; among others) and adheres to certain principles and procedures, such as considering the content of metaterms within the ‘focal content’ and ‘contrastive content’ interface, and analyzing metaterms at different levels of reference, from the most ‘substantial’ to the most ‘relational’. The results demonstrate that the taxonomic network graphically records and exemplifies the formal and logical relationships between metaterms that structure a syntactic model, capturing its macro-organization and revealing terminographic details. The glossary of metaterms allows present-day readers to gain a deeper understanding of a past syntactic model, as well as to track transformations in relationships between terms and concepts. From the interpretation of Barros’s (1540) network and glossary, it is concluded, among other points, that the notion of ‘regimento’ asserts itself in the work not only due to the possibility of adherence to the Latin case system but also for its value to the metalinguistic description axis; the grammarian is sensitive to complex language constructions, although lacking technical apparatus and appropriate terminology to systematize these syntactic processes.

Keywords: Historiography of Linguistics. Grammaticography. Terminography. Syntax. João de Barros.

1 Por uma história dos modelos sintáticos: temas, campos e objetivos de pesquisa

Neste artigo, compartilho parte dos resultados de meu estágio de pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde desenvolvi o projeto de pesquisa “Historiografia da gramaticografia brasileira: modelos sintáticos”, sob a supervisão do Prof. Dr. Carlos Alberto Faraco. Esse projeto se insere no macro-projeto de pesquisa “Historiografia da Sintaxe no Brasil (HSB): teoria, norma e ensino”, que coordeno no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) e no Grupo de Pesquisa “HGEL – Historiografia, Gramática e Ensino de Línguas”, ambos sediados na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

O macroprojeto HSB tem como objetivo principal realizar uma historiografia de saberes, ideias, questões, teorias e modelos pedagógicos relacionados à dimensão sintática dos estudos gramaticais, filológicos e linguísticos no Brasil, abrangendo o período entre os séculos 19 e 21 (cf. Vieira, 2020a). Dentro desse amplo escopo, o projeto de estágio de pós-doutoramento concentra-se na análise de modelos sintáticos que foram elaborados e difundidos ao longo da história da gramaticografia da língua portuguesa. Busca-se compreender os processos de surgimento, desenvolvimento, recepção, contraposição, apagamento e continuidade desses modelos.

A base disciplinar deste artigo, construído a partir dessas pesquisas, é a Historiografia da Linguística, um campo de estudo que investiga a história dos conhecimentos e reflexões relacionados à linguagem e às línguas (Swiggers, 2009a, p. 68), respeitando os requisitos epistemológicos e metodológicos necessários à escrita de narrativas historiográficas adequadas (Koerner, 2020, p. 12). A tarefa de escrever uma história dos modelos sintáticos envolve, portanto, a seleção, ordenação, reconstrução, descrição e interpretação de fontes e conteúdos significativos e contextualmente situados. Além disso, requer a aplicação de princípios bem definidos e procedimentos básicos amplamente aceitos (Altman, 2012, p. 27-30).

Este trabalho, em particular, alinha-se às reflexões meta-historiográficas de trabalhos como Swiggers (2020, 2009b), Gómez Asencio, Montoro del Arco e Swiggers (2014) e Silva (2006) sobre *historiografia da gramaticografia*, definida como a escrita da história da técnica de compor gramáticas, ou seja, do ato de produzi-las. A gramaticografia representa o domínio de ação do gramático, englobando tarefas específicas, tomadas de decisões e implicações inerentes a esse processo; por seu turno, a historiografia da gramaticografia integra-se à Historiografia da Linguística, focando na comparação e no estabelecimento de relações entre as concepções de gramáticos e as soluções propostas para problemas gramaticais no curso da história.

Com efeito, a historiografia da gramaticografia pode ser vista como um domínio dentro da história das técnicas (de segmentação, classificação, combinação, correlação etc.), das noções (fonéticas, morfológicas, sintáticas, semânticas etc.) e das relações (formais, lógicas, funcionais etc.) utilizadas na análise, descrição, explicação e ensino das estruturas linguísticas. Grande parte dessas técnicas, noções e relações são compartilhadas pelas principais “linhagens” gramaticográficas de base greco-latina – as linhagens latinizada, racionalista e empirista (cf. Faraco; Vieira, 2021) –, apesar das diferenças conceptuais que as

¹ Espelho do grupo de pesquisa no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (Plataforma Lattes/CNPq): <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6433198070413694>. Site do grupo: hgel.com.br. Acesso em: 13 set. 2024.

separam. Por essa razão, historiógrafos da gramaticografia, como Borges Neto (2022, p. 26), costumam utilizar o hiperônimo “gramática tradicional” para se referirem ao diversificado conjunto de gramáticas de diferentes línguas produzidas em mais de dois mil anos de atividades gramaticográficas no Ocidente:

Chama-se de *gramática tradicional* um tipo de estudo que tem origem nas reflexões filosóficas dirigidas às manifestações linguísticas pelos filósofos gregos. Por meio dessas reflexões filosóficas, foi se desenvolvendo ao longo do tempo um conjunto de noções e de uma terminologia correspondente que, por volta do início do século I a.C., resultou numa forma de “manual técnico” – a *Téchnē grammatiké* – que tratava de aspectos das manifestações linguísticas e que se destinava, basicamente, a um uso escolar. Essas *Téchnai* foram reproduzidas pelos romanos – com o nome de *artes grammaticae* – e posteriormente, já na Idade Média, passaram a ser chamadas simplesmente de *gramáticas*.

Esse modelo de gramática, que vem dos gregos e dos latinos e que se espalha por toda a Europa a partir do século XVI, é seguido ainda hoje por nossas gramáticas escolares. É a esse modelo de gramática que vamos designar de *gramática tradicional* (ou, às vezes, de *gramática greco-latina*).

Ponto de vista semelhante apresento em Vieira (2020b, p. 89-95), quando argumento que a gramática tradicional, a despeito de seu caráter pedagógico e normativo, pode ser considerada uma “tradição de pesquisa” nos termos da filosofia da ciência de Larry Laudan (1941-2022). Laudan (2011, p. 113) define uma “tradição de pesquisa”, também chamada de “maxiteoria”, como “um conjunto de suposições acerca das entidades e dos processos de uma área de estudo e dos métodos adequados a serem utilizados para investigar os problemas e construir as teorias dessa área do saber”. Nesse sentido, tradições de pesquisa abrigam doutrinas conceitualmente relacionadas que as distinguem de outras tradições de pesquisa. Essas doutrinas configuram uma ontologia geral acerca da natureza dos objetos de cada tradição e se valem de coordenadas teórico-metodológicas também gerais, compatíveis com sua metafísica. Ainda de acordo com Laudan (2011, p. 112), as tradições de pesquisa são parcialmente constituídas por teorias específicas, que podem ser contemporâneas ou sucessoras umas das outras; costumam ter uma longa história que se estende por um significativo período de tempo; e apresentam diretrizes epistemológicas que, de maneira geral, especificam seus tipos de entidades fundamentais e certos modos de proceder, fornecendo coordenadas para desenvolvimento de modelos e métodos próprios.

A partir dessa perspectiva de “tradição de pesquisa”, a gramática tradicional pode ser compreendida como um conjunto de teorias ou modelos teóricos historicamente relacionados, desenvolvidos com base em diretrizes epistemológicas mais gerais². Embora essas teorias e modelos possam apresentar divergências quanto a técnicas, noções e relações específicas, eles compartilham claros vínculos metafísicos e metodológicos entre si. Essas diretrizes orientam a regulação normativa, representada pelo *eixo da norma-padrão*, e a descrição estrutural, representada pelo *eixo da análise metalinguística* de uma língua. Além disso, constituem uma ontologia que tanto sustenta quanto limita a ação do gramático, especificando os tipos de entidades fundamentais, bem como os princípios e procedimentos considerados legítimos para a gramatização:

² Para aprofundamento da discussão sobre a aplicabilidade do conceito de “tradição de pesquisa” (Laudan, 2011) à gramática tradicional, cf. Vieira (2020b).

Quadro 1 – Diretrizes epistemológicas da gramática tradicional

1.	A gramática tradicional busca estabelecer e ensinar um padrão linguístico idealizado por meio da prescrição de formas e construções supostamente corretas e legítimas.	Eixo da norma-padrão
2.	A gramática tradicional promove uma visão de língua invariável e imutável, interdita ou ignora a diversidade linguística e combate a suposta deterioração do padrão idealizado.	
3.	A gramática tradicional privilegia a escrita literária do passado em detrimento de outras esferas discursivas e outras sincronias.	
4.	A gramática tradicional considera a oração como a unidade máxima de análise e como a expressão de um juízo, dotada de sentido completo.	Eixo da análise metalinguística
5.	A gramática tradicional utiliza um conjunto de categorias e conceitos oriundos da filosofia grega e da gramática greco-latina, adaptando-os às diversas línguas modernas.	

Fonte: Elaboração própria, com base em Vieira (2020b, p. 94).

No Quadro 1, o *eixo da norma-padrão* equivale ao campo da escrita e da fala “corretas”. Compreende a ortografia e as regras de acentuação gráfica, a ortoépia e a prosódia “elegante”, as flexões nominais e verbais, os paradigmas pronominais, a concordância, a regência e a colocação consideradas possíveis, as estruturas relativas padronizadas, o uso do acento indicativo de crase, as convenções de pontuação, entre outras regras e convenções próprias da escrita normatizada e da fala supostamente de prestígio. Já o *eixo da análise metalinguística* equivale ao domínio das técnicas de descrição e explicação das estruturas fonético-fonológicas, morfológicas e sintáticas da língua. Essas técnicas pressupõem um aparato categorial e conceitual específico, ou seja, uma terminologia gramatical relacionada a uma rede nocional. Note-se que esses dois eixos não são estanques, mas se articulam como duas engrenagens na composição da tradição gramatical: a prescrição da norma-padrão acontece ancorada em gestos de análise metalinguística que envolvem relações fonético-fonológicas, morfológicas e sintáticas entre os elementos da gramática da língua, por sua vez nomeados a partir de uma taxonomia específica, de origem greco-latina.

Os modelos sintáticos que caracterizam a história da gramaticografia de língua portuguesa no Brasil a partir do século 19, em sua maioria, foram elaborados e difundidos em consonância com essas cinco diretrizes epistemológicas do Quadro 1. O primeiro desses modelos é encontrado na “primeira tentativa de descrição sistêmica do português edificada por um brasileiro” (Cavaliere, 2014, p. 60): o *Epitome da Grammatica da Lingua Portuguesa* (1806), obra de autoria do lexicólogo, gramático e tradutor Antonio de Moraes Silva (1755-1824), natural do Rio de Janeiro. Embora tenha sido publicado em Lisboa, o *Epitome* foi concluído em Pernambuco³, onde Moraes Silva viveu desde 1794 até seu falecimento.

De acordo com Borges Neto (2022, p. 493), modelos sintáticos em geral, da Antiguidade Clássica à contemporaneidade, são permeados por dois tipos de relações: as *relações formais* e as *relações lógicas*. As primeiras, relacionadas à concatenação de palavras na construção de unidades maiores, costumam circunscrever as marcas formais de concordância e regência presentes nas palavras. Elas integram o que denomino *eixo da norma padrão*. Já as relações lógicas, vinculadas ao domínio da unidade proposicional, transfor-

³ Lê-se, ao fim da exposição gramatical: “Acabou se este Epitome da Grammatica Portuguesa no Engenho novo da Moribeca em Pernambuco, aos 15. de Julho de 1802” (Moraes Silva, 1806, p. 163).

mam uma cadeia de palavras em uma expressão de sentido completo. Elas correspondem ao que entendo por *eixo da análise metalinguística*. Ao problematizar o desenvolvimento desses modelos sintáticos, Colombat, Fournier e Puech (2017, p. 128-133) afirmam que, embora os elementos para o estabelecimento das relações lógicas tenham sido fornecidos na filosofia grega (cf. Aristóteles, 1995), foi necessário esperar pelo modelo sintático de Port-Royal (cf. Arnauld; Lancelot, 1660) para que uma análise lógica da proposição, com *sujeito*, *cópula* (*verbo*) e *atributo*, fosse efetivamente incorporada à gramaticografia ocidental. Como se sabe, esse modelo fundamentou a sintaxe das gramáticas de linhagem racionalista – como o *Epitome* de Moraes Silva (1806) – e predominou em boa parte da gramaticografia portuguesa do século 19, tanto em Portugal quanto no Brasil.

É possível afirmar, portanto, que o primeiro modelo sintático apresentado em uma gramática brasileira de língua portuguesa se estrutura a partir de dois eixos, consoante as diretrizes epistemológicas da gramática tradicional (ver Quadro 1). O primeiro eixo – o da norma-padrão – aborda, por um lado, as “regras, que ensinão a mostrar as connexões entre os nomes, e os adjectivos, e os verbos”, isto é, a “Sintaxe de Concordancia”; e, por outro lado, as “regras, que ensinão a mostrar as relações entre os nomes, por meyo das preposições, e casos, ou da collocação”, isto é, a “Sintaxe de Regencia” (Moraes Silva, 1806, p. 84-86). Além disso, responde pelas “semelhanças de incorrecção, ou *Figuras*”, ou seja, pelos casos em que “a incorrecção é aparente, e dá uma nova figura, ou apparencia á composição, que por isso se diz *figurada*” (Moraes Silva, 1806, p. 103). O segundo eixo – o da análise metalinguística – equivale à “boa composição das partes da oração entre si”, da qual “resulta a *sentença*, ou sentido perfeito”, cujas partes são “sujeito”, “attributo”, “verbo” e, eventualmente, “circunstancias de lugar, tempo, modo, instrumento, fim, &c.” (Moraes Silva, 1806, p. 82-83).

O modelo sintático de Moraes Silva (1806) representa, sem dúvida, um marco histórico que assinala o início do pensamento gramaticográfico brasileiro. A abrangência desse modelo, no entanto, não se restringe a um momento específico (o começo do século 19); ele se insere, como diria Auroux (2014, p. 12), na “temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber”, apontando tanto para um “horizonte de retrospectção” (memória) quanto para um “horizonte de projeção” (futuro). As instâncias desse modelo sintático não apagam seu passado, mas sim o selecionam, organizam, adaptam, reconstroem e idealizam, ao mesmo tempo que antecipam seu futuro: “sem passado e sem projeto, não há saber” (Auroux, 2014, p. 12). Com efeito, o conhecimento sintático em Moraes Silva (1806) é fonte dialógica de nosso então porvir terminográfico, que culminaria na Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) em 1959, seguida estritamente pelas gramáticas tradicionais subsequentes e parcialmente pelas gramáticas de linguistas publicadas no século 21. O Quadro 2 exemplifica esse horizonte de projeção, ao comparar os principais metatermos do modelo sintático do *Epitome* (1806) com os metatermos correspondentes, em forma e/ou conteúdo, da NGB (1959) e de uma recente gramática de linguistas contemporâneos, a *Gramática do português brasileiro escrito* (Vieira; Faraco, 2023). A semelhança entre os três projetos terminográficos é notável:

Quadro 2 – Horizonte de projeção dos principais metatermos da sintaxe de Moraes Silva (1806)

	Instrumentos gramaticográficos		
	Moraes Silva (1806)	NGB (1959)	Vieira; Faraco (2023)
Metatermos	concordância	concordância	concordância
	regência	regência	regência
	figura	figura	-
	sujeito	sujeito	sujeito
	verbo	verbo	verbo
	atributo	predicativo do sujeito	complemento verbal
		complemento verbal	
	circunstância	adjunto adverbial	adjunto adverbial
	oração sentença	oração período	oração período

Fonte: Elaboração própria.

Quanto ao horizonte de retrospectiva das ideias sobre sintaxe em Moraes Silva (1806), estas ecoam indubitavelmente os três primeiros séculos da gramaticografia portuguesa (séculos 16 a 18), englobando não apenas relações formais de concordância e regência, mas também relações lógicas que envolvem as partes e o mecanismo organizacional da oração perfeita, de sentido completo.

Colombat, Fournier e Puech (2017, p. 129) estão corretos ao afirmar que, na história da sintaxe, a análise lógica da proposição foi de fato sistematizada nas gramáticas das línguas modernas europeias somente a partir do século 17, com os racionalistas franceses de Port-Royal. É notório que, até então, os modelos sintáticos ocupavam nas gramáticas espaços pouco significativos em comparação com os níveis dos sons/letras e palavras. O foco predominante recaía no componente morfológico-semântico das formas gramaticais, relegando o componente sintático, num sentido amplo, à categorização e análise das partes da oração (com base em critérios raramente sintáticos) e, num sentido estrito, como já dito, às regras de concordância e regência, bem como à listagem de solecismos (figuras de construção que abarcam problemas normativos).

Todavia, é possível identificar modelos sintáticos envolvendo relações propriamente lógicas em pelo menos dois importantes instrumentos da gramaticografia greco-latina anteriores aos racionalistas de Port-Royal. O primeiro deles é o tratado grego *Syntaksi* (Σύνταξις), escrito pelo gramático alexandrino Apolônio Díscolo no século 2 EC⁴, no qual já se anteveem ideias linguísticas como “sujeito” e “objeto”⁵. O segundo instrumento é a obra latina *Institutiones*

⁴ EC é a abreviatura de “Era Comum”, expressão alternativa para se referir ao período “depois de Cristo” (d.C.).

⁵ Segundo Botas (1987, p. 40-41), “Apolonio tiene muy claras las diversas funciones sintácticas o semántico-sintácticas; así, las de sujeto-objeto se expresan de muy diversas maneras [...] el objeto indirecto es, asimismo, considerado [...] En Apolonio la consideración de caso recto-caso oblicuo no es morfológica sino sintáctica: el caso «recto» es el que está «ordenado» o está em «ordem coincidente» con la persona verbal [...]; es, por tanto, el caso del sujeto y sus aposiciones –el vocativo–, frente al oblicuo, que es el «desviado» o no coincidente con la persona del verbo [...] Apolonio intuye también la noción de complemento cuando habla de los acompañantes de los verbos [e aborda] los conceptos de actividad-pasividad y transitividad-intransitividad [...]”. Em português: “Apolônio tem muito claras as diversas funções sintáticas ou semântico-sintáticas; assim, as de sujeito-objeto são expressas de diversas maneiras [...] o objeto indireto é, do mesmo modo, considerado [...] Em Apolônio, a consideração de caso reto-caso oblíquo não é morfológica, mas sintática: o caso ‘reto’ é aquele que está ‘orde-

Grammaticae, escrita pelo gramático Prisciano de Cesareia no século 6 EC. Seu Livro XVII, o primeiro de um par dedicado à sintaxe, objetiva examinar o modo habitual de se organizar as palavras na construção de enunciados completos⁶, o que deságua, no correr dos capítulos, por exemplo, nas ideias de “transitividade” e “intransitividade” (cf. Priscien, 2010, p. 63-103; p. 155-169). Além disso, os gramáticos especulativos (modistas) da Idade Média (1270-1330), fundamentados na correspondência especular entre mundo/intelecto/linguagem e na lógica aristotélica, consideravam o par “suposto-aposto” (*suppositum-appositum*) essencial à construção sintática bem formada: “O suposto (um nominal) faz referência a uma substância no mundo, por isso, antecede logicamente o seu aposto, que se refere a um acidente, ou predicado, dessa substância” (Beccari, 2019, p. 51). Os modistas também analisaram a frase com base nas ideias de “dependente” (termo que deve/pode exigir a presença de outro) e “terminante” (termo que satisfaz tal exigência), reconhecendo, assim, a existência de relações sintáticas diferentes das relações formais de concordância (Robins, 1979, p. 65).

Esse conjunto de saberes, conhecimentos ou ideias sobre sintaxe envolvendo relações formais (práticas, normativas, do eixo da *norma-padrão*) e relações lógicas (analíticas, descritivas, do eixo da *análise metalinguística*), apresentado em espaços múltiplos e em uma temporalidade descontínua, deixou marcas na linhagem latinizada da gramaticografia portuguesa. É verdade que o pioneirismo de Fernão d'Oliveira (1507-1581) em sua *Grammatica da lingoagem portuguesa* (1536) não nos oferece sequer um prenúncio de modelo sintático inferível. Embora ele faça menção à ideia de “cõstrução”, entendida como a “cõposição ou conçerto que as partes ou diçoẽs da nossa lingua tẽ ante si como em qualq̃r outra lingua” (Oliveira, 1871, p. 117), praticamente não há saberes sintáticos desenvolvidos e sistematizados na obra. Ao assunto só é dado espaço no capítulo XLIX – o penúltimo da gramática, pouco maior que uma página. Nesse capítulo, lê-se que a sintaxe deveria ser tratada com fôlego em obra posterior⁷, que, por algum motivo, nunca veio a ser escrita (ou talvez tenha se perdido).

Em contrapartida, instrumentos linguísticos portugueses (gramáticas e tratados ortográficos) subsequentes à *Grammatica* de Oliveira, publicados nos séculos 16 a 18, apresentam, em graus de explicitude diferenciados, modelos sintáticos diversos, que abrangem relações tanto formais (majoritárias) quanto lógicas (minoritárias), sustentadas pelas diretrizes epistemológicas da gramática tradicional. Embora parte dessas obras já tenha sido analisada em diferentes recortes e com outros propósitos, os modelos sintáticos que elas contêm ainda não foram minuciosamente descritos, sistematizados, interpretados e comparados entre si, a serviço de uma historiografia que os considere no horizonte de retrospectção imediato dos modelos sintáticos brasileiros que vieram à lume a partir do século 19 e que se projetam, ainda hoje, nas pesquisas linguísticas, nos instrumentos gramaticais e nas práticas escolares de ensino de gramática:

nado’ ou está em ‘ordem coincidente’ com a pessoa verbal [...]; é, portanto, o caso do sujeito e suas aposições – o vocativo –, em oposição ao oblíquo, que é o ‘desviado’ ou não coincidente com a pessoa do verbo [...] Apolônio também intui a noção de complemento quando fala dos acompanhantes dos verbos [e aborda] os conceitos de atividade-passividade e transitividade-intransitividade [...]” (tradução nossa).

⁶ A sintaxe de Prisciano é assim introduzida no Livro XVII das *Institutiones Grammaticae*: “Dans ce qui a été antérieurement exposé, nous avons donc traité des mots réalisés individuellement, comme le réclamait leur logique propre. Nous allons à présent parler de la façon habituelle de les agencer pour construire un énoncé complet [...]” (Prisciano, 2010, p. 63). Em português: “No que foi anteriormente exposto, tratamos das palavras realizadas individualmente, conforme exigia sua própria lógica. Vamos agora falar da maneira habitual de organizá-las para construir um enunciado completo [...]” (tradução nossa).

⁷ “Nesta derradeira parte q̃ he da cõstrução ou cõposição da lingua não dizemos mais porq̃ temos começada hũa obra em q̃ particularmẽte e cõ mais comprimento falamos della.” (Oliveira, 1871, p. 118).

Quadro 3 – Instrumentos linguísticos portugueses (séculos 16 a 18) no horizonte de retrospectiva dos modelos sintáticos brasileiros

Ano	Autor	Título	Cidade	Editora	Páginas
1540 1ª edição	João de Barros (1496-1570/71)	Grammatica da lingua Portuguesa Dialogo em lovor da nossa lingvagem	Lisboa	Olyssippone. Apud Lodouicum Rotorigiũ	120 (60 não p.)
1619 1ª edição	Amaro de Roboredo (1580/85-1653)	Methodo grammatical para todas as lingvas	Lisboa	Pedro Craesbeeck	241
1721 1ª edição	Caetano Maldonado da Gama ⁸	Regras da lingua Portuguesa, espelho da lingua Latina, Ou disposiçam Para facilitar o enjino de lingua Latina pelas regras da Portuguesa	Lisboa	Officina de Mathias Pereyra da Sylva & João Antunes Pedrozo	228
1725 [1721] 2ª impressão	Jeronymo Contador de Argote (1676-1749)	Regras da lingua Portuguesa, espelho da lingua Latina, Ou dijsposiçaõ para facilitar o enjino de lingua Latina pelas regras da Portuguesa	Lisboa	Officina da Musica	356
1788 [1769] 6ª impressão	João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811)	Breve tratado da orthografia para os que não frequentaraõ os estudos [...] ⁹	Lisboa	Officina de Antonio Gomes	iv + 202
1770 1ª edição	Antonio José dos Reis Lobato (1721-1804)	Arte da grammatica da lingua portugueza [...] ¹⁰	Lisboa	Regia Officina Typografica	xlvi + 253
1797 [1770] 4ª impressão	Antonio José dos Reis Lobato (1721-1804)	Arte da grammatica da lingua portugueza [...] ¹¹	Lisboa	Regia Officina Typografica	xxx + 229 + 1ps/n

⁸ Padre Caetano Maldonado da Gama é pseudônimo do padre Dom Jeronymo Contador de Argote. Segundo Kemmler (2012, p. 93), “Caetano” identifica o autor como Clérigo Regular (teatino); “Maldonado” é o apelido principal do avô paterno; e “da Gama” é o primeiro apelido do lado da avó materna.

⁹ Título completo: *Breve tratado da orthografia para os que não frequentaraõ os estudos, ou dialogos Sobre as mais principaes Regras da Orthografia uteis para o Povo menos in/truido, e para os que não tendo frequentado as Aulas, fe achão hoje empregados nos E/critorios publicos, e dezejaõ acertar na praxe sem grande multiplicidade de regras, que não lhes fãõ faceis de comprehender, e muito mais proveitózos aos Meninos, que frequentaõ as E/colas*. A 1ª edição da obra, indisponível no acervo de fontes historiográficas do grupo de pesquisa HGEL/UFPB, foi assinada pelo autor sob o pseudônimo Domingos Dionysio Duarte Daniel.

¹⁰ Título completo: *Arte da grammatica da lingua portugueza, composta, e offerecida ao Ill.^{mo} e Exc.^{mo} Senhor Sebastião José de Carvalho e Mello Conde de Oeyras Mini/tro, e Secretario de E/ftado de Sua Mage/tade Fidelli/ssima, da Repartição dos Negocios do Reino, Alcaide Mór da Cidade de Lamego, e Senhor Donatario das Villas de Oeyras, Pombal, Carvalho, e Cerco/ta, e dos Reguengos, e Direitos Reaes da De Oeyras, e de Apar de Oeyras, Commendador das Commendas de Santa Marinha de Mata Lobos, e de S. Miguel das tres Minas na Ordem de Chri/fo, &c.*

¹¹ Título completo: *Arte da grammatica da lingua portugueza, composta, e offerecida ao Ill.^{mo} e Exc.^{mo} Senhor Sebastião José de Carvalho e Mello, Marquez de Pombal, Mini/tro, e Secretario de E/ftado de Sua Mage/tade Fidelli/ssima da Repartição dos Negocios do Reino, &c.*

1783 1ª edição	Bernardo de Lima e Mélo Bacellar (1736-1787)	Grammatica philosophica, e orthographia racional da Lingua Portuguesa; Para se pronunciarem, e escreverem com acerto os vocabulos de fte idioma	Lisboa	Offic. de Simão Thaddeo Ferreira	196 + 1ps/n
1786 1ª edição	Francisca de Chantal Álvares ¹² (1745-?)	Breve compendio da gramatica portugueza para o uso Das Meninas que se educaõ no Mosteiro da Vizitação de Lisboa	Lisboa	Officina de Antonio Rodrigues Galhardo	51 + 3ps/n
1792 1ª edição	Joaõ Joaquim Casimiro (?-?) ¹³	Methodo grammatical resumido da lingua portugueza	Porto	Offic. de Antonio Alvarez Ribeiro	127
1799 1ª edição	Pedro José de Figueiredo (1762-1826)	Arte da grammatica portugueza ordenada em methodo breve, facil, e claro	Lisboa	Regia Officina Typografica	113 + 3ps/n
1799 1ª edição	Pedro José da Fonseca (1736-1816)	Rudimentos da grammatica portugueza, Cõmmodos á instrucção da Mocidade, em confirmados com selectos exemplos de bons Autores	Lisboa	Off. de Simão Thaddeo Ferreira	xv + 353

Fonte: Elaboração própria.

O mapeamento epi-historiográfico¹⁴ apresentado no Quadro 3 totaliza onze gramáticas e um tratado ortográfico correspondentes às edições dos instrumentos linguísticos portugueses que atendem aos seguintes critérios: i) estão disponíveis para análise no acervo de fontes historiográficas do grupo de pesquisa HGEL/UFPB¹⁵; ii) foram publicadas nos séculos 16 a 18; iii) apresentam saberes (ideias/conhecimentos) sintáticos de caráter formal e/ou lógico, em graus variados de explicitude e sistematização. Para atender ao critério (iii), um conjunto maior de fontes foi preliminarmente analisado, resultando na exclusão de algumas obras desse mapeamento. Entre as obras excluídas, destacam-se a já mencionada *Grammatica da lingoagem portuguesa* (1536), de Fernão d'Oliveira; a *Grammatica da lingua portuguesa com os mandamentos da santa mãe igreja* (1539), de João de Barros; as *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa* (1574), de Pêro de Magalhães de Gândavo (1540-

¹² A obra somente é assinada em seu prefácio, com as iniciais F. C. – abreviação para Francisca de Chantal. Segundo Kemmler, Assunção e Fernandes (2010, p. 390), a irmã Francisca de Chantal Álvares foi uma freira do Mosteiro da Visitação, em Lisboa, que, antes de se tornar religiosa visitandina, se chamava Ana Inácia do Coração de Jesus.

¹³ Segundo Schäfer-Prieß (2019, p. 42) e Boliqueime (2021, p. 84), quase nada se sabe sobre a vida de João Joaquim Casimiro, além do fato de o gramático ter nascido no Porto, cidade em que também foi mestre de primeiras letras.

¹⁴ De acordo com Swiggers (2010a, p. 5; 2013, p. 4), a epi-historiografia é uma atividade que integra o material documental produzido por historiógrafos e apoia sua prática descritivo-interpretativa. Atividades de edição e tradução de fontes primárias e atividades de documentação bibliográfica, como a lista de instrumentos linguísticos apresentada no Quadro 3, são exemplos de epi-historiografia.

¹⁵ Desde a fundação do grupo de pesquisa HGEL/UFPB, em 2017, temos dedicado esforços contínuos à construção e organização deste acervo. Em constante expansão, a coleção visa abranger, entre outros conjuntos de fontes, o panorama gramaticográfico da língua portuguesa desde o século 16 até o século 21. Até dezembro de 2023, catalogamos aproximadamente 200 instrumentos linguísticos, predominantemente gramáticas, disponíveis em formato digital ou em edições impressas.

1579); a *Orthographia da lingoa Portuguesa* (1576), de Duarte Nunez de Lião (1530-1608); e a *Orthographia da Lingua Portugueza* (1736), de Luis Caetano de Lima (1671-1757).

Minha hipótese – cuja averiguação não se encerra neste artigo, mas se estende a trabalhos subsequentes – é que uma análise descritiva, interpretativa e comparativa dos modelos sintáticos contidos nesses doze instrumentos, se configurada a serviço (e por meio) da elaboração de redes taxonômicas e glossários de metatermos, poderá caracterizar o horizonte de retrospecto imediato dos primeiros modelos sintáticos brasileiros desenvolvidos a partir do século 19, bem como possibilitar uma compreensão mais aprofundada da produção, circulação e evolução desses modelos, os quais ainda não foram suficientemente detalhados, em termos de continuidades e rupturas, sob uma perspectiva panorâmica e serial¹⁶.

A possibilidade de desenvolver uma historiografia panorâmica e serial desses modelos sintáticos portugueses, do século 16 ao 18, ancora-se na metodologia da História Serial (cf. Barros, 2012). Essa abordagem, salvo engano, foi introduzida na historiografia da gramaticografia brasileira por Polachini (2018), ao mapear 200 gramáticas brasileiras do português publicadas no século 19 e relacionar dados como título, subtítulo, autor, ano de publicação, local e casa impressora. As fontes na metodologia da História Serial não são tratadas de forma isolada, analisadas em seus próprios limites, mas consideradas constituintes de uma grande cadeia temporalizada e especializada de fontes de mesmo tipo, tornando-as comparáveis entre si. O propósito da comparação entre as fontes de um conjunto serial é identificar tanto as continuidades quanto as variações e mudanças nos modelos sintáticos dentro de um período específico. É relevante afirmar que a análise serial não equivale à análise quantitativa, pois seu interesse está nas recorrências (ou na falta delas) e não nos valores numéricos. Por essa razão, ela pode prescindir de uma abordagem estatística computacional.

Considerando o raciocínio estabelecido até aqui, este artigo tem dois claros objetivos que se relacionam e se inserem nesse projeto historiográfico mais amplo sobre os modelos sintáticos da gramaticografia brasileira a partir do século 19. O primeiro objetivo, de natureza meta-historiográfica, é apresentar duas ferramentas inéditas e significativas para análise, reconstrução, sistematização e comparação de modelos sintáticos explícitos ou subjacentes na história da gramaticografia ocidental: a *rede taxonômica* e seu *glossário de metatermos*.

Por meio da rede taxonômica, o historiógrafo da gramaticografia poderá registrar graficamente e exemplificar as relações formais e lógicas entre os metatermos que estruturam um determinado modelo sintático, capturando sua macro-organização e revelando detalhes terminográficos, não raro despercebidos, envolvendo hierarquização, classificação e categorização de metatermos. A natureza desse registro é simultaneamente panorâmica e sinóptica, pois tanto proporciona uma visão ampla e abrangente das ideias sintáticas de um autor ou obra quanto destaca minudências e sintetiza informações para tornar essas ideias mais compreensíveis e acessíveis, além de possibilitar a comparação com outras ideias sobre sintaxe no curso da história da gramaticografia.

¹⁶ Evidentemente, há produtivas historiografias da gramaticografia brasileira que, no domínio da sintaxe, abordam um autor, obra ou período específico (cf., por exemplo, Dias, 2008; Polachini, 2010-2011, 2016; Polachini; Danna, 2016), ou se concentram em uma categoria ou fenômeno gramatical (cf., por exemplo, Leite, 2013; Moura Neves, 2014; Polachini, 2018; Ferreira, 2021). Também devem ser mencionadas as historiografias panorâmicas da gramaticografia, que, devido à natureza do produto, costumam apresentar considerações importantes sobre os estudos sintáticos em diferentes momentos da gramaticografia brasileira (cf., por exemplo, Vieira, 2018, 2020a, 2020b; Borges Neto, 2022; Cavaliere, 2014, 2022). O conjunto desses trabalhos, entretanto, não invalida nosso ponto de vista.

Já a partir do glossário dos metatermos da rede taxonômica, o historiográfico lida com os significados dos metatermos – isto é, com a “dimensão conceitual da terminologia” (Swiggers, 2009b, p. 14) – e opera uma espécie de “adequação” (Koerner, 1996a, p. 60) das ideias sintáticas do autor ou obra do passado a um suposto repertório gramatical comum ao leitor do presente. Isso permite a esse leitor um entendimento mais aprofundado e preciso do modelo sintático sob análise, bem como o acompanhamento das transformações das relações entre um metatermo e um conceito sintático na gramaticografia de um autor, de uma linhagem ou de um período específico da história (as duas últimas possibilidades a partir de um conjunto serial de fontes). Sabe-se que a relação “metatermo-conceito” – nem sempre unívoca ou transparente – pode mudar significativamente de um instrumento para outro e de uma época para outra. O glossário de metatermos, pois, é uma importante ferramenta para sistematizar a terminologia gramatical, da qual a historiografia da gramaticografia e as ciências da linguagem em geral podem se beneficiar.

O segundo objetivo, de natureza historiográfica, é expor, por meio de uma rede taxonômica e de seu glossário de metatermos, as ideias sobre sintaxe contidas no primeiro instrumento linguístico listado no mapeamento epi-historiográfico do Quadro 3: a *Grammatica da língua Portuguesa* (1540), de João de Barros. Ambas as ferramentas, portanto, são utilizadas na fase de exposição dos resultados do trabalho historiográfico (Swiggers, 2009a, p. 71), ou seja, na demonstração dos resultados da análise, reconstrução e sistematização do primeiro modelo sintático elaborado na gramaticografia portuguesa, particularmente na obra que deu início às gramáticas tradicionais/normativas luso-brasileiras de base greco-latinas (Barros, 2011, p. 295) e cuja terminologia continua viva nas gramáticas contemporâneas do português (Cómez Asencio; Gonçalves, 2015, p. 111).

2 Bases epistemológicas para análise, reconstrução e sistematização de modelos sintáticos

Tendo situado este trabalho, de modo amplo, na Historiografia da Linguística e, de modo específico, na historiografia da gramaticografia, convém agora explicitar algumas noções e procedimentos teórico-metodológicos desses campos, os quais sustentam as análises e os produtos (meta-)historiográficos desenvolvidos e apresentados neste artigo.

2.1 Ideia linguística, modelo sintático, terminografia linguística e terminologia sintática

Em primeiro lugar, retomo a noção de que o objeto da Historiografia da Linguística não é a linguagem e as línguas propriamente ditas, mas o curso evolutivo do conhecimento (ou saber) sobre a linguagem e as línguas. Dito de outro modo, esse campo disciplinar se interessa pelo devir histórico das *ideias linguísticas*, em termos de aquisição, elaboração, formulação, circulação, difusão, recepção, influência, longevidade, apagamento, entre outras nuances.

Nessa perspectiva, “conhecimento”, “saber” e “ideia linguística” são expressões equivalentes e bastante amplas. Por exemplo, uma teoria, uma argumentação, uma asserção,

uma observação, uma pressuposição, uma prescrição ou um preconceito envolvendo linguagem ou línguas são considerados ideias linguísticas, ou seja, fazem parte do conjunto de conhecimentos ou saberes linguísticos. Essas expressões também referenciam “reflexões, especulações, descrições, análises, regras normativas sobre a linguagem e as línguas que foram elaboradas séculos antes de se poder efetivamente falar de uma linguística” (Batista, 2020, p. 18). A circunscrição e a análise de uma ideia linguística só podem ser realizadas levando em conta sua natureza historicamente contextualizada e a relação, em termos de continuidade e ruptura, entre a ideia mapeada e outras ideias linguísticas e demandas socioculturais de diferentes épocas.

Um modelo sintático contido numa gramática normativa ou, eventualmente, num tratado ortográfico é, portanto, uma ideia linguística ou, em último termo, um conjunto de ideias linguísticas relacionadas. Ele abrange a macro e a microorganização do que se entende por sintaxe no instrumento linguístico, o que inclui aspectos metalinguísticos e conceituais relativos a *categorias*, *propriedades*, *prescrições* e *relações*. Na história da gramatização portuguesa, os modelos sintáticos acompanham as diretrizes epistemológicas da gramática tradicional (ver Quadro 1). Contudo, variações, que podem se manifestar de maneira mais ou menos pronunciada – no que diz respeito à concepção de linguagem, língua, gramática e sintaxe, à organização da exposição, às descrições estruturais, às técnicas de análise, ao estabelecimento de regras normativas, às classificações e terminologias utilizadas nas obras –, resultam em variações no modelo sintático, mesmo quando se consideram instrumentos linguísticos pertencentes a um mesmo período ou a uma mesma linhagem gramaticográfica.

Dado que um modelo sintático é um conjunto de ideias linguísticas do domínio da gramaticografia, justifica-se sua análise a partir dos três componentes para exame interno de fontes gramaticográficas apresentados em Gómez Asencio, Montoro del Arco e Swiggers (2014, p. 282-283) e adaptados a seguir.

O primeiro deles é o componente *teórico*. Quando se trata da análise de modelos sintáticos, esse componente deve abranger: a noção de língua e gramática em que se insere o modelo; a noção de sintaxe e a macro-organização do modelo; as categorias, subcategorias e propriedades utilizadas na abordagem da sintaxe; e as relações entre esses elementos.

O segundo componente é o *descritivo-normativo*, que, no contexto analítico em discussão, vai corresponder à apreciação sociolinguística da sintaxe gramatizada no tocante à defesa de estabilidades e/ou incorporação de mudanças. O olhar aqui deve se voltar a: construções sintáticas interditas e/ou legitimadas; frases que explicam e/ou exemplificam descrições, prescrições e proscritões; e paradigmas descritivo-normativos presentes no modelo sintático.

Por fim, o terceiro componente para o exame de modelos sintáticos é o componente *pedagógico*, que visa envolver: a disposição didática do conhecimento sobre sintaxe; as estratégias de aproximação do consulente, como adaptação de conteúdos e explicações; o grau de exemplificação; e os eventuais exercícios.

Embora não sejam descartadas considerações gerais sobre a natureza pedagógica de Barros (1540), seu modelo sintático será analisado, fundamentalmente, a partir dos componentes teórico e descritivo-normativo. Esse recorte encaminha o estudo na direção de uma *historiografia da terminografia linguística*, tendo como objeto uma *terminologia sintática*. Esta última é compreendida como um conjunto de entidades lexicais e construções complexas (metatermos) que estão em uso como formas designativas, para fins técnicos, em referência aos objetos (entidades e fatos) que constituem um modelo sintático. A análise terminográ-

fica em questão é do tipo “monográfica/isotópica”, nos termos de Swiggers (2009b, p. 24), pois se concentra na terminologia sintática de uma obra específica de um autor particularizado.

Ciente de que a historiografia da terminografia linguística envolve compilação, sistematização, leitura crítica e comparação de terminologias (Swiggers, 2006, p. 15), em trabalhos futuros, de posse dos resultados apresentados neste artigo, pretendo desenvolver uma análise terminográfica do tipo “comparativa/contrastiva” (Swiggers, 2009b, p. 24), abrangendo o cotejo e a contraposição entre o modelo sintático de Barros (1540) e os modelos sintáticos dos outros instrumentos linguísticos listados no Quadro 3, com o propósito de elaborar uma síntese da sintaxe nos três primeiros séculos de gramaticografia portuguesa, prenúncio da gramaticografia brasileira. Trata-se de algo não efetivamente realizado até o momento: uma história longitudinal e acumulativa da terminologia sintática luso-brasileira e um glossário substancial dessa terminologia.

2.2 O problema da metalinguagem, dimensões de análise e fases da pesquisa

Entre as dimensões de uma análise terminográfica, a metalinguagem talvez seja a mais evidente e complexa. Partindo de um cenário meta-historiográfico mais amplo que o escopo estritamente terminográfico, Koerner (1996b, p. 98) argumenta que o historiógrafo, ao lidar com ideias linguísticas do passado e tentar torná-las acessíveis ao leitor do presente, enfrenta problemas terminológicos por agir num nível meta-metalinguístico, os quais podem levar a distorções das ideias originais. Como resposta a essa questão, que ele identifica como o “problema da metalinguagem”, Koerner (1996a, p. 60) desenvolveu três princípios para a prática historiográfica. Esses princípios, que se tornaram amplamente reconhecidos e utilizados na historiografia da linguística brasileira, são sumarizados na sequência e considerados na análise do modelo sintático de Barros (1540).

O primeiro princípio é o da *contextualização*. Trata-se do estabelecimento do “clima de opinião” (Becker, 1932, p. 1-31), da atmosfera intelectual, do cenário cultural e epistemológico geral da época em que a *Grammatica da lingua Portuguesa* foi publicada. Talvez hoje seja um “truísmo historiográfico” dizer que fatores contextuais causam impacto nas ideias linguísticas de um autor ou obra (Koerner, 2014a, p. 12), ou que as ideias linguísticas não se desenvolvem no vazio, desvinculadas de outras ideias que as cercam (Altman, 2012, p. 23). Entretanto, a explicitação e consideração desse princípio é fundamental a uma pesquisa que busca compreender o desenvolvimento de modelos sintáticos na relação incontornável com o pensamento gramaticográfico do tempo em que eles surgem.

O segundo e terceiro princípios – *imanência* e *adequação* – orientam a análise, reconstrução e sistematização do modelo sintático propriamente dito. De um lado, a *imanência* corresponde ao exame da sintaxe de Barros (1540) dentro de seu próprio quadro teórico, terminológico e conceitual, evitando anacronismos decorrentes da consideração de modelos sintáticos ou metalinguagens contemporâneas. Isso resulta, notadamente, na representação do modelo a partir de uma “rede taxonômica”, em que metatermos, relações e exemplos são tratados internamente, de maneira endógena (ver Figura 1). De outro lado, a *adequação* permite e requer aproximações entre o saber sintático de Barros e ideias linguísticas contemporâneas, em especial quanto ao quadro terminológico e conceitual da sintaxe. Esse procedimento, de acordo com Koerner (2014b, p. 89), facilita a compreensão dos resultados da

análise historiográfica por parte de linguistas, gramáticos, filólogos, professores de língua e outros leitores de hoje. No âmbito desta pesquisa, o “glossário de metatermos” é o produto central derivado da aplicação desse princípio (ver Quadro 4).

A investigação, portanto, conjuga duas dimensões de análise: uma relacionada ao conteúdo (ideias linguísticas) e outra, ao contexto (envoltura). Dessa forma, a compreensão de certos aspectos do modelo sintático de Barros (1540) pode exigir, eventualmente, a exploração do clima de opinião da época, do horizonte de retrospectão, do percurso biográfico do autor, de suas redes intelectuais e de outros instrumentos linguísticos contemporâneos à obra. Não se pode perder de vista, entretanto, que este estudo é uma historiografia da gramaticografia predominantemente orientada para o conteúdo do instrumento linguístico (dada a natureza do objeto, os propósitos da investigação e os produtos resultantes das análises), em detrimento de análises predominantemente orientadas para seu contexto de produção e circulação.

Por fim, embora a Historiografia da Linguística não siga um percurso metodológico com etapas estritamente protocolares, os procedimentos gerais empregados nesta pesquisa são comuns ao campo e resumíveis nas notórias *fases de organização do trabalho historiográfico*, apresentadas em Swiggers (2012, p. 43-44; 2013, p. 44-45; 2015, p. 12-13). Assim, a *fase heurística* da pesquisa abarcou várias etapas, incluindo o levantamento dos instrumentos linguísticos do português anteriores à publicação da primeira gramática brasileira (Moraes Silva, 1806); a verificação da disponibilidade desses instrumentos para aquisição ou consulta; a pré-análise e seleção das obras que compõem a epi-historiografia apresentada no Quadro 1; a seleção, leitura e síntese de fontes secundárias relacionadas a João de Barros, sua *Grammatica* e o contexto intelectual da época; e o mapeamento da categorização, terminologia e formação de conceitos¹⁷ para o exame do modelo sintático de Barros (1540). A *fase hermenêutica* envolveu a análise crítica e a interpretação das ideias mapeadas na fase heurística. Foram identificados os metatermos da sintaxe sob análise, tanto em termos de forma quanto de conteúdo, bem como as relações que eles estabelecem entre si, com o propósito de reconstrução e sistematização do modelo sintático por meio da montagem de uma “rede taxonômica” e da elaboração de seu “glossário de metatermos”. Essas duas ferramentas direcionam o formato da exposição historiográfica, sendo, ao mesmo tempo, processos e produtos da análise demonstrada na *fase executiva* da pesquisa e compartilhada com a comunidade acadêmica neste artigo.

2.3 Princípios, procedimentos e critérios para elaboração de redes taxonômicas e glossário de metatermos

A “rede taxonômica” e o “glossário de metatermos” representam a essência da dimensão meta-historiográfica deste trabalho. A meta-historiografia consiste na reflexão sistematizada sobre a prática historiográfica, com ênfase em seus aspectos teóricos e metodológicos (Swiggers, 2009a, p. 71). Um trabalho meta-historiográfico examina, discute, propõe e define conceitos e técnicas utilizados na historiografia, incluindo questões como periodização, interpretação evolutiva e descrição de conteúdos. É fato que a discussão e organização dos fundamentos epistemológicos realizadas, por exemplo, nesta seção configuram, *lato sensu*,

¹⁷ Na esteira de Swiggers (2012), considero a *categorização, a terminologia e a formação de conceitos* parâmetros básicos para um quadro descritivo-explicativo de uma fonte historiográfica em sua imanência.

uma meta-historiografia. No entanto, é na apresentação dessas duas ferramentas (a rede e o glossário) que tarefas de natureza “meta” são delineadas, tais quais: i) a avaliação e proposição de abordagens historiográficas para o estudo da história da sintaxe (*tarefa crítica*); ii) a elaboração de ferramentas de descrição e interpretação de modelos sintáticos (*tarefa construtiva*); e iii) reflexões sobre as formas de apresentação da Historiografia da Linguística e da historiografia da gramaticografia e da terminografia (*tarefa metateórica*)¹⁸. Trata-se de tarefas complexas, em andamento e da ordem da “meta-historiografia da gramaticografia” (Swiggers, 2020, p. 143), isto é, do campo da reflexão crítica sobre a modelização, sobre as propostas e abordagens metodológicas e epistemológicas em gramaticografia e sobre o estatuto do fazer gramatical.

Assim, a montagem da rede taxonômica para representar o modelo sintático de Barros (1540), bem como a elaboração de seu glossário de metatermos demandaram a aderência a certos princípios, procedimentos e critérios analítico-conceituais, apresentados na sequência. Eles podem ser aplicados de maneira extensiva à produção de redes e glossários de modelos sintáticos de outros instrumentos linguísticos.

Em primeiro lugar, considera-se o *conteúdo* dos metatermos na perspectiva da interface *conteúdo focal* e *conteúdo contrastivo*¹⁹, conforme apresentado em Swiggers (2010b, p. 18) e desenvolvido, por exemplo, em Polachini (2018), na identificação e análise da rede conceitual do metatermo “verbo substantivo” em gramáticas brasileiras do século 19. Nesse contexto, o conteúdo focal se refere à relação bilateral entre o significante e o significado do metatermo em si, enquanto o conteúdo contrastivo emerge da rede implícita ou explícita de conteúdos dentro da qual o metatermo assume um conteúdo dinâmico. No entanto, a rede taxonômica e o glossário de metatermos da sintaxe de Barros (1540) revelam que, em última instância, o conteúdo de um metatermo é sempre relacional. Por exemplo, a compreensão do metatermo “trãjitiuo” [transitivo] no modelo sintático em questão exige a consideração de processos relacionais de hierarquização, classificação e contraste envolvendo metatermos como “peŕŕoál” [pessoal], “vęrbo” [verbo] e “neutro”. Como será visto adiante, processos relacionais como esses aparecem diagramados na rede da Figura 1 e explicitados no glossário do Quadro 6 (ver verbete 69).

Em segundo lugar, é importante reconhecer que uma terminografia deve lidar com metatermos em diferentes níveis de referência, desde os mais “substanciais” até os mais “relacionais”, conforme discutido em Swiggers (2009b, p. 19) e Gómez Asencio e Gonçalves (2015, p. 73). Assim, os critérios de classificação de metatermos presentes nesses estudos foram expandidos, consolidados, reorganizados e adaptados à análise de modelos sintáticos, resultando em seis tipos de metatermo, conforme apresentado no quadro seguinte:

¹⁸ A reflexão originária sobre esses três tipos de tarefa da meta-historiografia – tarefa crítica, construtiva e metateórica – pode ser conferida em Swiggers (2004, p. 116-117; 2009a, p. 71; 2010a, p. 5; 2013, p. 40).

¹⁹ O *conteúdo* dos metatermos é apenas um dos sete critérios de análise de metatermos apresentados em Swiggers (2010b, p. 18-19). Os demais critérios são a *incidência* dos metatermos e sua *abrangência heurística, teórica, disciplinar, macrocientífica e cultural*. Quando oportuno, esses valores, denominados pelo autor de “parâmetros classêmicos”, também foram considerados na análise do modelo sintático de Barros (1540).

Quadro 4 – Níveis de referência dos metatermos em modelos sintáticos

Tipos	Referentes	Exemplos (Barros, 1540)
Unidades	Classes e subclasses de palavras, categorias e subcategorias sintáticas, constituídas por conjuntos paradigmáticos de elementos concretos.	ajetiuo [adjetivo], prepoſiçam [preposição], vërbo trãſitiuo [verbo transitivo]
Acidentes	Traços ou propriedades que se sobrepõem ou afetam as unidades.	caſo [caso], numero [número], peſſoa [pessoa]
Relações	Ligações formais ou lógicas entre unidades (ou acidentes), funções sintáticas, processos e procedimentos gramaticais.	appoſitio [aposição], concordância [concordância], regimento
Construções	Composições entre unidades, constituindo outras unidades ou fenômenos sintáticos.	polyſyntheton [polissíndeto], uóz paſſiua [voz passiva], zeuma [zeugma]
Dêixis	Elementos que fazem referência ao próprio modelo sintático, a seus objetos e a suas partes principais.	conſtruiçám [construção], figura, ſyntaxis [syntaxe]
Outros	Resíduos da descrição/prescrição sintática, elementos não classificados, vocabulário comum (não técnico).	vërbo ey [verbo <i>hei</i>], pronome <i>se</i>

Fonte: Elaboração própria.

Um terceiro ponto a ser considerado na análise de um modelo sintático é a natureza nem sempre transparente da relação entre metatermos e conceitos num instrumento linguístico. Como antecipado em Swiggers (2009b, p. 20), a relação entre o metatermo e o conceito pode ser confusa, ou o próprio conceito pode ser pouco preciso. Na análise terminográfica da syntaxe de Barros (1540), são exemplos dessa opacidade os metatermos “scheſſionomaton” e “dyaleton”, que designam tipos de solecismo. No glossário de metatermos, essas entradas não foram apresentadas ao lado de metatermos contemporâneos correspondentes ou simplesmente com as grafias atualizadas, haja vista: i) o desconhecimento, por parte deste historiógrafo, de um metatermo em português contemporâneo equivalente ao metatermo “scheſſionomaton”, ou mesmo de uma adaptação ortográfica em uso; ii) a distância conceitual entre o metatermo “dyaleton”, presente em Barros (1540), e o metatermo contemporâneo “dialeto”. Além disso, a relação “metatermo-conceito” nem sempre é unívoca (de um para um), tornando-se por vezes equívoca: um metatermo pode corresponder a vários conceitos, como é o caso de “conſtruiçám” [construção], que designa tanto a syntaxe quanto seu objeto (ver verbete 20, Quadro 6); ou um conceito pode corresponder a vários metatermos, como nos casos dos pares “comum” e “apellatiuo” [apelativo], ou “figura” e “uiçio” [vício].

Observações dessa natureza demandaram a aplicação de alguns procedimentos e critérios no percurso da elaboração do glossário de metatermos de Barros (1540), a fim de evitar distorções de significados nos verbetes e incongruências entre a rede taxonômica e o glossário. Desse modo, a abordagem inicial procurou entender o conceito dos metatermos em seu contexto original de produção, circulação e recepção, antes de estabelecer comparações com metatermos e conceitos contemporâneos. Em alguns casos, formas e construções arcaicas, características da elocução gramaticográfica renascentista, foram modificadas para uma linguagem atual, tentando preservar, não obstante, a integridade e historicidade dos metatermos. Por essa razão, os verbetes não são elaborados apenas a partir de definições ou conceitos

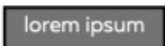
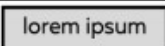
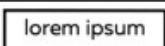
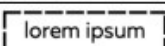
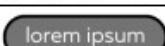
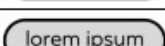
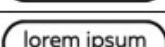
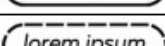
retirados diretamente do instrumento linguístico²⁰, mas principalmente por meio da relação em rede com os outros verbetes do modelo sintático (conteúdo constrastivo imanente) e de comentários direcionados ao leitor do presente (princípio da adequação). Trata-se, portanto, de um glossário mais explicativo que meramente definicional, que mescla a voz do gramático renascentista à de seu historiógrafo, proporcionando ao pesquisador ou consultante contemporâneo uma visão mais elucidativa dos metatermos.

Em quarto lugar, gostaria de apresentar, de forma concisa, alguns procedimentos finais, igualmente planejados e executados durante a análise do modelo sintático de Barros (1540), bem como na criação da rede taxonômica e do glossário de metatermos. É importante destacar que esses procedimentos podem ser replicados na análise e sistematização de modelos sintáticos de outros instrumentos linguísticos. Ei-los:

- 1 Quando ocorre uma contradição entre uma afirmação retórica e uma descrição/normatização gramatical (com ou sem exemplos), a prioridade é dada à descrição/normatização gramatical na reconstrução do modelo sintático. Ou seja, são considerados os casos efetivamente gramatizados pelo instrumento linguístico.
- 2 São ignorados os metatermos que, apesar de mencionados na obra (seja para rejeitá-los ou para descrever/normatizar outros níveis gramaticais, por exemplo), não fazem parte das análises metalinguísticas ou das regras normativas que compõem o conhecimento sintático presente no material.
- 3 Por outro lado, são incluídos os metatermos que, embora não apareçam nas partes, capítulos ou seções explicitamente dedicadas à sintaxe, são mencionados em outras partes, capítulos ou seções e fazem parte indubitavelmente do conjunto de saberes sintáticos da obra, no eixo da análise metalinguística e/ou da norma-padrão.
- 4 Os metatermos da rede taxonômica são apresentados em seu sistema gráfico original, incluindo o uso de letras como “ß” [*s* germânico ou *eszett*] e “j” [*s* longo], e de combinações de letras e diacríticos como “ç” [*e* com cedilha] e “ë” [*e* com til], as quais não fazem parte do sistema gráfico atual da língua portuguesa. Da mesma forma, a grafia original das entradas dos verbetes do glossário é mantida, e, quando necessário, esses metatermos são acompanhados por suas respectivas grafias atualizadas, apresentadas entre colchetes.
- 5 São preservadas também a grafia (incluindo o uso de maiúsculas) e a pontuação original dos exemplos na rede taxonômica. Esses exemplos são transcritos de forma integral ou parcial, dependendo da natureza do que se pretende exemplificar (uma regra de concordância, o caso vocativo, um tipo de solecismo etc.).
- 6 A rede taxonômica é diagramada utilizando o site “canva.com” e organizada com a ajuda de símbolos que atribuem significados específicos ao modelo sintático representado. Os símbolos e seus respectivos significados estão reunidos no Quadro 5:

²⁰ “A menos que o único objetivo do historiógrafo seja colecionar antiguidades, isto é, descrever conceitos desenvolvidos muitos anos atrás unicamente nos próprios termos utilizados, ele será tentado a usar um vocabulário técnico moderno na sua análise” (Koerner, 1996b, p. 98).

Quadro 5 – Legenda para leitura de redes taxonômicas de representação de modelos sintáticos

Símbolo	Descrição do símbolo	Significado
	Retângulo preto	Autor e ano do instrumento linguístico
	Retângulo cinza escuro	Parte da macroorganização do modelo sintático
	Retângulo cinza claro	Unidade primária (ou única) de uma construção
	Retângulo branco	Unidade (ou acidente) secundária de uma construção
	Retângulo tracejado	Facultatividade ou suposição
	Retângulo cinza escuro com borda arredondada	Objeto/unidade de análise
	Retângulo cinza claro com borda arredondada	Particularidade descritiva/normativa
	Retângulo branco com borda arredondada	Acidente
	Retângulo tracejado com borda arredondada	Exemplo
	Seta bilateral	Relação (formal ou lógica) entre unidades (ou entre unidade e acidente)
	Seta bilateral tracejada	Relação facultativa (formal ou lógica) entre unidades (ou entre unidade e acidente)
	Linha com círculos nas pontas	Relação de subclassificação/subcategorização
	Linha tracejada	Equivalência
	Círculo branco numerado	Enumeração de tipos
	Círculo azul	Unidade, acidente ou construção semelhante à ideia de “sujeito”
	Círculo amarelo	Unidade, acidente ou construção semelhante à ideia de “verbo”
	Círculo verde	Unidade, acidente ou construção semelhante à ideia de “complemento verbal”
	Círculo rosa	Unidade, acidente ou construção semelhante à ideia de “adjunto adverbial”
	Círculo verde-limão	Exemplo semelhante à ideia de “orações coordenadas”
	Círculo vermelho	Exemplo semelhante à ideia de “oração subordinada substantiva”
	Círculo laranja	Exemplo semelhante à ideia de “oração subordinada adjetiva”
	Círculo roxo	Exemplo semelhante à ideia de “oração subordinada adverbial”

Fonte: Elaboração própria.

Por fim, devo fazer uma observação complementar à legenda apresentada no Quadro 5. A ordem de tipos na rede taxonômica, simbolizada por círculos brancos numerados, nem sempre corresponde à disposição desses tipos no instrumento linguístico. Tenta-se seguir a ordem apresentada na obra, mas essa ordem também pode ser ajustada para melhorar a organização e diagramação do modelo sintático, ou com o intuito de destacar equivalências – como exemplo, observe-se na Figura 1 a linha tracejada que conecta os metatermos “verbo” das regras (1) de concordância e regimento.

3 O primeiro modelo sintático da gramaticografia portuguesa: Barros (1540)

A codificação e normatização dos vernáculos europeus, fundamentadas na tradição greco-latina, representaram um processo gradual que teve início na Idade Média e ganhou considerável impulso a partir do Renascimento. Nesse período, essas línguas começaram a substituir progressivamente o latim nas esferas literária, administrativa e científica. Esse movimento singular na história da linguística se relaciona ao fortalecimento dos reinos europeus e à formação das línguas de cultura escrita específicas de cada um deles, envolvendo a produção de instrumentos linguísticos como gramáticas, dicionários, ortografias e manuais de tradução. Assim, a gramática deixou de ser exclusivamente latina, passando também a contemplar os vernáculos. Esse fluxo gramaticográfico massivo é abordado detalhadamente em Auroux (2014), que o denomina “revolução tecnológica da gramatização”.

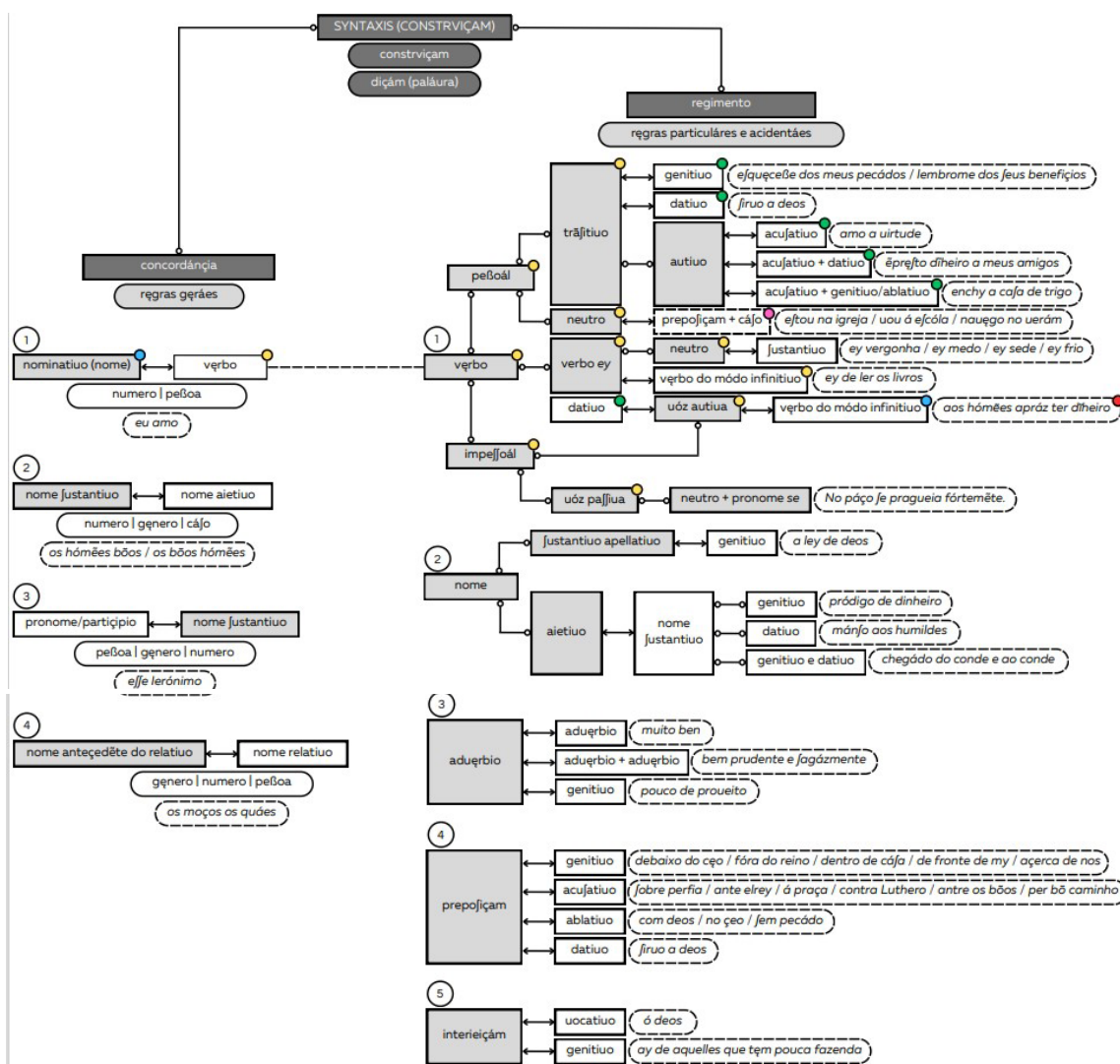
No contexto português, João de Barros, com sua pioneira sistematização descritivo-normativa, desempenhou papel basilar nessa empreitada gramaticográfica. Nas primeiras décadas do século 16, a língua portuguesa já estava estabelecida como língua escrita de um império em expansão, mas ainda precisava se afirmar diante do latim e, cada vez mais, em relação ao espanhol, que desempenhava um papel significativo como língua de cultura em Portugal (Schäfer-Prieß, 2019, p. 84). A obra de Barros serviu para afirmar a autonomia do português no período dos quinhentos, documentando a integração da atividade intelectual portuguesa na cultura do Ocidente europeu (Buescu, 1984, p. 63).

O humanista, político, historiador e gramático João de Barros nasceu por volta de 1496, em Vila Verde ou Viseu, Portugal. De família fidalga e órfão desde tenra idade, ele foi acolhido nos Paços da Ribeira, o palácio real, onde desempenhou a função de “moço de guarda-roupa” para o futuro rei D. João III (1502-1557). Sua educação na corte o tornou um homem culto, conhecedor das línguas clássicas e suas literaturas. Ao longo da vida, ocupou vários cargos públicos em destaque na política portuguesa e, simultaneamente, dedicou-se à atividade de escritor. Em 20 de dezembro de 1539, publicou seu primeiro instrumento linguístico, a *Grammatica da lingua portugueſa com os mandamentos da ſanta mãe igreja*, uma cartilha contendo preceitos, mandamentos e um missal destinados ao ensino das primeiras letras. Esse material serviria como introdução à *Grammatica da lingua Portugueſa*, publicada dias depois (em 1540) e acrescida de dois diálogos em estilo socrático: *Dialogo em Lovvor da nossa Lingvagem* e *Dialogo da Viçiosa Vergonha*, com fundamentos apologéticos e morais, respectivamente. Como os títulos sugerem, o conjunto de livros destinava-se à formação geral e gramatical dos aprendizes, doutrinando-os na fé cristã e nos bons costumes. Posteriormente, Barros ainda rascunhou uma gramática latina intitulada *Grammatices Rudimenta* ou *Humilia*

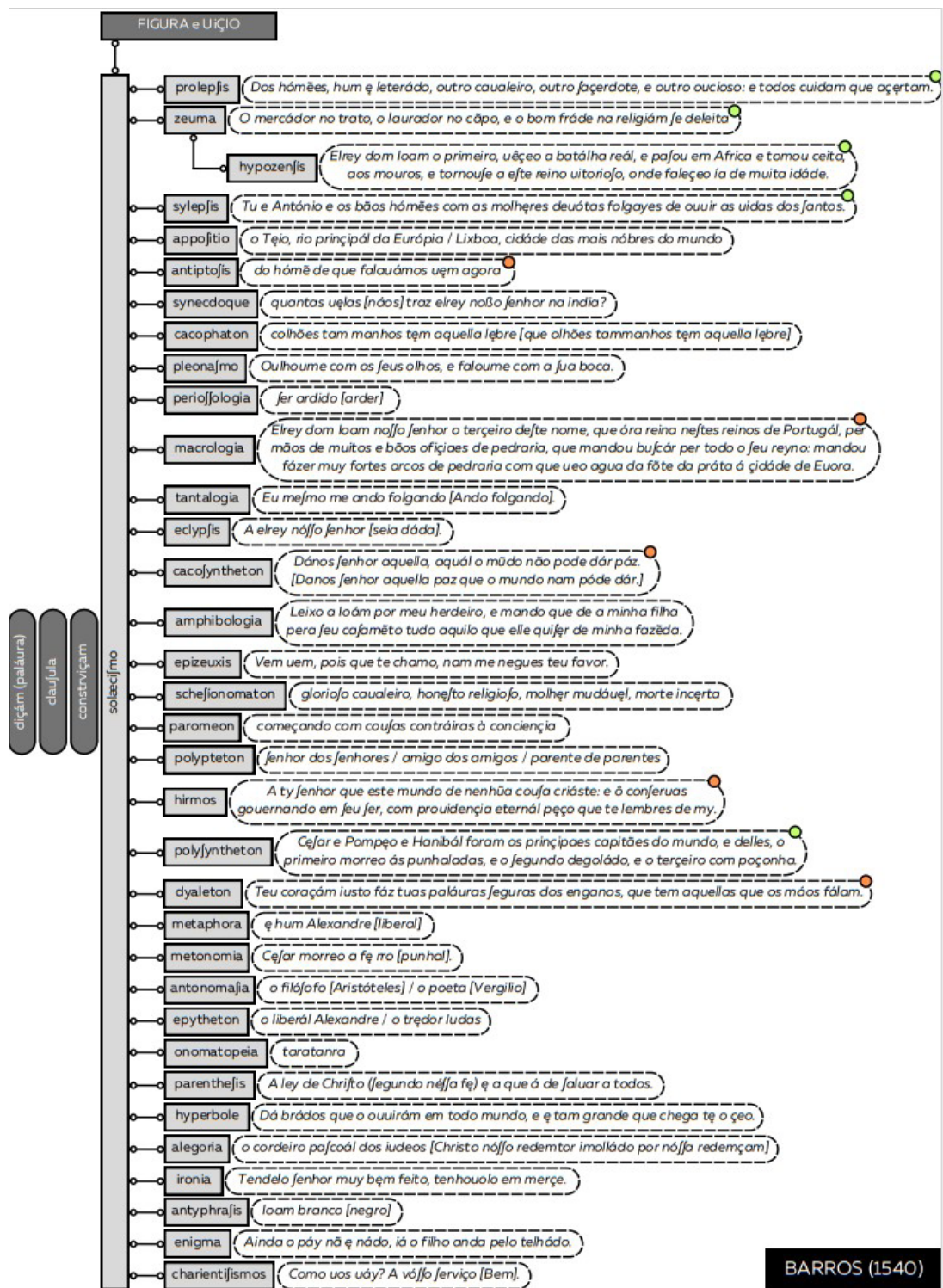
Praecepta, mas não chegou a concluí-la. Em 1568, o gramático se afastou de suas funções oficiais e se retirou para Pombal, em Portugal, onde veio a falecer em 1570 ou 1571.²¹

Dentre esses instrumentos linguísticos, é na *Grammatica da lingua Portuguesa* (Barros, 1540) que se encontra o primeiro modelo sintático da gramaticografia do português. A seguir, a Figura 1 e o Quadro 6 analisam, reconstroem e sistematizam esse modelo. A fonte do trabalho é a primeira edição da obra, publicada em 1540, em Lisboa. Outras três edições subsequentes, publicadas em 1785, 1957 e 1971, também em Lisboa, não apresentaram alterações no conhecimento sintático contido no instrumento:

Figura 1 – Rede taxonômica do modelo sintático de Barros (1540)



²¹ Informações biográficas coletadas em Buescu (1984, p. 29-32), Casagrande (2005, p. 71-73), Fernandes (2005, p. 131), Leite (2007, p. 87-91) e Schäfer-Prieß (2019, p. 12-13).



Fonte: Elaboração própria.

Quadro 6 – Glossário dos metatermos do modelo sintático de Barros (1540)

1.	ablatiuo [ablativo]: sexto caso dos nomes (os demais são nominativo, genitivo, dativo, acusativo e vocativo), usado quando se tira ou se afasta a coisa de algum lugar.
2.	acufatiuo [acusativo]: quarto caso dos nomes (os demais são nominativo, genitivo, dativo, vocativo e ablativo), no qual se põe a coisa feita ou amada.
3.	aduërbio [advérbio]: parte da oração (as demais são artigo, nome, pronome, verbo, particípio, conjunção, preposição e interjeição) que sempre anda junta e costurada ao verbo, de onde vem seu nome: “ad” significa “cerca” e “advérbio”, “acerca do verbo”; denota a eficácia ou remissão do verbo, pois tem o poder de acrescentar, diminuir ou destruir totalmente a ação do verbo ao qual se junta, lhe dando quantidade ou qualidade accidental, como o adjetivo ao substantivo.
4.	aietiuo [adjetivo]: qualidade do nome que se distingue da qualidade “substantivo” por não ter existência em si, mas estar ligado a este e poder ser antecedido pela palavra “coisa”.
5.	alegoria : espécie de solecismo que quer dizer “significação alheia”; há seis espécies de alegoria, e a primeira ocorre quando entendemos uma coisa por meio de outra.
6.	amphibologia [anfíblogia]: espécie de solecismo que quer dizer “dúvida de palavras”, por meio das quais duvidamos da sentença em que elas estão, o que resulta muitas vezes em grandes controvérsias e disputas.
7.	antecedēte [antecedente]: qualidade do nome que se distingue da qualidade “relativo” por ser o nome que fica atrás deste e que por ele é lembrado.
8.	antiptofis [antiptose]: espécie de solecismo que quer dizer “caso por caso”; ocorre quando colocamos em um determinado caso uma coisa que deveria estar em outro.
9.	antonomaſia [antonomásia]: espécie de solecismo que quer dizer “substituição de um nome por outro”; ocorre quando usamos um nome comum em lugar de um nome próprio, devido a alguma excelência deste.
10.	antyphraſis [antífrase]: espécie de solecismo que quer dizer “fala contrária”; ocorre quando entendemos um nome por meio de outro contrário a ele.
11.	apellatiuo [apelativo]: qualidade do nome pela qual entendemos muitas coisas de um determinado gênero; também denominada “comum”, opondo-se a “próprio”.
12.	appofitio [aposição]: espécie de solecismo que quer dizer “justaposição”; ocorre quando juntamos dois nomes substantivos sem conjunção, em que um expõe e declara o outro.
13.	autiuo [ativo]: gênero do verbo pessoal (o outro é o gênero neutro) que podemos converter para o modo passivo e por meio do qual denotamos alguma ação que passe a outra coisa, posta no caso acusativo.
14.	cacophaton [cacófato]: espécie de solecismo que quer dizer “mal som”; vício que a orelha recebe mal; comete-se quando do fim de uma palavra ao princípio de outra há alguma fealdade ou torpeza.
15.	cacofyntheton [cacossínteto]: espécie de solecismo que quer dizer “má composição”; ocorre quando, pretendendo-se elegância, ordena-se a linguagem de acordo com o latim.
16.	cáſo [caso]: termo por onde os nomes, pronomes e particípios podem andar e que, desde que não mude a substância do nome, governa a ordem da oração mediante o verbo.
17.	charientifismos [carientismo]: espécie de solecismo que quer dizer “graciosidade”; equivale a responder com graça e benevolência, como quando nos perguntam “como vós estais?” e respondemos “ao vosso serviço”, em vez de “bem”.
18.	clauſula [cláusula]: palavras dispostas entre dois pontos; se encerra por meio de um ponto e pode ser cortada em duas partes por uma vírgula; divide com a palavra e a construção o papel de unidades de análise das figuras; também está presente nas regras de pontuação.
19.	concordância [concordância]: uma das duas divisões da construção (a outra é o regimento); conveniência de duas dições que se correspondem em número, gênero, caso e/ou pessoa, de acordo com regras gerais.
20.	conſtrviçam [construção]: quarta parte da gramática (as três primeiras são letra, sílaba e dição); é uma conveniência entre partes, postas em seus lugares naturais, por meio da qual obtemos o conhecimento dos nossos conceitos; divide-se em concordância (regras gerais) e regimento (regras particulares e accidentais); é tratada pela sintaxe, mas também corresponde a esta; divide com a palavra e a cláusula o papel de unidades de análise das figuras; outras grafias: “cõſtruiçã”, “cõſtruiçã”, “conſtruiçã”, “conſtrviçam”, “cõſtruiçã”, “conſtruiçã”, “conſtruiçã”, “conſtruiçã”, “conſtruiçã”, “conſtruiçã”.
21.	datiuo [dativo]: terceiro caso dos nomes (os demais são nominativo, genitivo, acusativo, vocativo e ablativo), no qual pomos a pessoa em cujo proveito ou dano é dada ou feita a coisa.

22. **diçám** [dição]: objeto de estudo da Etimologia, composto por letras e sílabas; divide com a cláusula e a construção o papel de unidades de análise das figuras; o mesmo que “palavra”; outra grafia: “diçam”.
 23. **dyaleton**: espécie de solecismo que quer dizer “dissolução” ou “desatamento”; ocorre quando muitas partes e cláusulas se juntam sem conjunção.
 24. **eclypfis** [eclipse]: espécie de solecismo que quer dizer “desfalecimento”; trata-se de uma figura muito comum, principalmente nos sobrescritos das cartas.
 25. **enigma**: espécie de solecismo que quer dizer “pergunta escura”; usamos quando dizemos alguma coisa por meio de palavras escuras, de modo semelhante aos jogos de adivinhação dos meninos.
 26. **epizeuxis** [epizêuxis]: espécie de solecismo que quer dizer “conjunção”; ocorre quando se repete algo duas ou três vezes sem entreposição de parte.
 27. **epytheton** [epíteto]: espécie de solecismo que quer dizer “colocação abaixo do nome”; cometemos essa figura quando, por meio de um nome adjetivo, queremos elogiar ou depreciar alguém ou algo.
 28. **figura**: forma de expressão por meio de alguma arte inovadora; é também denominada “vício”; as figuras se dividem em dois gêneros – barbarismo e solecismo – e tais gêneros, em várias espécies.
 29. **gênero** [gênero]: acidente do nome (os demais são qualidade, espécie, figura, número e declinação por caso), do pronome (os demais são espécie, número, figura, pessoa e declinação por caso) e do verbo (os demais são espécie, figura, termo, modo, pessoa, número e conjugação); o gênero do nome é uma distinção pela qual reconhecemos o macho da fêmea, e o neutro de ambos; o gênero do pronome pode ser masculino, feminino, neutro e comum de dois; o gênero do verbo, que pode ser ativo ou neutro, é uma natureza especial que alguns verbos têm (os pessoais) e outros não; as figuras também são divididas em gêneros: barbarismo e solecismo.
-
30. **genitiuo** [genitivo]: segundo caso dos nomes (os demais são nominativo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo), assim denominado por gerar os outros casos latinos; é também denominado “caso possessivo e interrogativo”, por nele estar o senhor da coisa: se perguntássemos “de quem é esta arte de gramática?”, a resposta seria “do Príncipe, nosso Senhor”.
 31. **hirmos**: espécie de solecismo que quer dizer “estendimento”; cometemos essa figura quando prolongamos uma sentença com grande arrazoamento de palavras, e em seguida arrematamos.
 32. **hyperbole** [hipérbole]: espécie de solecismo que quer dizer “excedimento”; comete-se quando, para elogiar ou depreciar alguma coisa, se diz algo que ultrapassa a verdade.
 33. **hypozenfís**: espécie de solecismo que quer dizer “ajuntamento debaixo”; espécie de zeugma e contrária a ela.
 34. **impeffoál** [impessoal]: verbo que só se conjuga na terceira pessoa do número singular e não tem primeira nem segunda pessoa, ao contrário do verbo pessoal; se apresenta na voz ativa ou passiva.
 35. **infinitiuo** [infinitivo]: quinto modo do verbo (os outros são indicativo, imperativo, optativo e subjuntivo), que quer dizer “não acabado”, porque, além de carecer de número e pessoa, não determina nem acaba coisa alguma sozinho; nos permite conhecer a conjugação de qualquer verbo e tomar as regras para formação dos outros; quando antecedido por artigo, pode ser considerado “nome verbal”; também denominado “infinito”, se opõe ao modo finito.
 36. **interieçám** [interjeição]: parte da oração (as demais são artigo, nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção e preposição) que denota o que a alma padece; rege o caso vocativo; outra grafia: “interieçã”.
 37. **ironia**: espécie de solecismo que quer dizer “dissimulação”; usamos quando, por meio do contrário, dizemos o que queremos; nesse sentido, os gestos do corpo e o tom da voz auxiliam nossa intenção.
 38. **macrologia**: espécie de solecismo que quer dizer “longo rodeio de palavras”; comete-se quando contamos algo e damos muitas voltas para concluir uma sentença.
 39. **metaphora** [metáfora]: espécie de solecismo que quer dizer “transformação”; usamos quando atribuímos a uma coisa alguma conveniência ou especialidade de outra coisa.
 40. **metonomia** [metonímia]: espécie de solecismo que quer dizer “transnomação”; comete-se quando substituímos o instrumento pela coisa com que ele é feito, ou a matéria por aquilo que se faz dela.
 41. **módo** [modo]: acidente do verbo pessoal (os demais são gênero, espécie, figura, tempo, pessoa, número e conjugação) que denota a vontade ao falar; são cinco os modos do verbo: indicativo, imperativo, optativo, subjuntivo e infinitivo.
 42. **neutro**: gênero do verbo pessoal (o outro é o gênero ativo) que não se pode converter para o modo passivo (ao contrário do verbo ativo) e cuja ação não passa a outra coisa (ao contrário do verbo transitivo); não requer caso depois de si, exceto mediante preposição; também pode se referir a um gênero do nome e do pronome, distinguindo-se dos gêneros masculino, feminino e comum de dois.

43. **nome**: parte da oração (as demais são artigo, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição e interjeição) que se declina por casos, não tem tempo e significa sempre alguma coisa com ou sem corpo; tem os seguintes acidentes: qualidade, espécie, figura, gênero, número e declinação por caso.
44. **nominatiuo** [nominativo]: primeiro caso dos nomes (os demais são genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo), por ser o primeiro que nomeia a coisa que é ou a pessoa que faz.
45. **numero** [número]: acidente do nome (os demais são qualidade, espécie, figura, gênero e declinação por caso), do pronome (os demais são espécie, gênero, figura, pessoa e declinação por caso) e do verbo pessoal (os demais são gênero, espécie, figura, tempo, modo, pessoa e conjugação), que pode ser singular ou plural; número do nome é a distinção entre um e muitos.
46. **onomatopéia**: espécie de solecismo que quer dizer “fingimento de nome”.
47. **paláura** [palavra]: o mesmo que “diçâm”; outra grafia: “palaura”.
48. **parenthesis** [parêntese]: espécie de solecismo que quer dizer “entreposição”; usa-se quando, no meio de alguma sentença, se entropõem outras palavras fora do seu propósito.
49. **paromeon**: espécie de solecismo que quer dizer “semelhante princípio”; comete-se essa figura quando se começam muitas dições por uma mesma letra.
50. **participio** [particípio]: parte da oração (as demais são artigo, nome, pronome, verbo, advérbio, conjunção, preposição e interjeição); discurso por meio do qual o verbo na voz ativa é conjugado (os demais são o discurso presente, pretérito, infinitivo e gerúndio); é também denominado “participio passado” e “participio do pretérito”.
51. **perioffologia** [perissologia]: espécie de solecismo que quer dizer “sobejidão de razões”; cometemos essa figura quando, por meio de palavras dobradas que não têm mais força, dizemos algo que pode ser dito com poucas palavras.
52. **peboa** [pessoa]: acidente do pronome (espécie, gênero, número, figura e declinação por caso) e do verbo pessoal (os demais são gênero, espécie, figura, tempo, modo, número e conjugação) classificado em três: primeira, segunda e terceira.
53. **peboál** [pessoal]: verbo que tem número e pessoa, ao contrário do verbo impessoal; traz consigo oito acidentes: gênero, espécie, figura, tempo, modo, pessoa, número e conjugação.
54. **pleonafmo** [pleonismo]: espécie de solecismo que quer dizer “sobejidão de palavras”; cometemos essa figura quando dizemos algumas palavras que poderiam ser dispensadas.
55. **polypteton** [poliptoto]: espécie de solecismo que quer dizer “multiplicidade de casos”; ocorre quando juntamos casos distintos.
56. **polyfyntheton** [polissíndeto]: espécie de solecismo que quer dizer “composição de muitos”; comete-se quando muitas palavras e cláusulas se juntam por conjunção.
57. **prepoçam** [preposição]: parte da oração (as demais são artigo, nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção e interjeição) que se põe entre as outras partes por ajuntamento ou composição. Pode reger o caso genitivo, acusativo, ablativo ou dativo; outra grafia: “prepoçã”.
58. **prolepsis** [prolepse]: espécie de solecismo que quer dizer “antecipação”. Comete-se quando se divide alguma generalidade em diversas partes.
59. **pronome**: parte da oração (as demais são artigo, nome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição e interjeição) que se põe no lugar do próprio nome; tem seis acidentes: espécie, gênero, número, figura, pessoa e declinação por caso.
60. **regimento** [regência]: uma das duas divisões da construção (a outra é a concordância); construção de duas dições diferente em gênero, número, caso ou pessoa, em que, apenas por uma natureza especial, uma obriga a seguinte a ser posta num determinado caso, de acordo com regras particulares e acidentais.
61. **relatiuo** [relativo]: qualidade do nome que se distingue da qualidade “antecedente” por ser a parte que lembra algum nome que fica atrás, isto é, a parte que lembra seu antecedente.
62. **scheffionomaton**: espécie de solecismo que quer dizer “confusão de nomes”, como quando, para encher a oração, juntamos muitos substantivos e adjetivos.
63. **solæcismo** [solecismo]: segundo gênero das figuras ou vícios (o primeiro é o barbarismo), que podemos cometer na construção e na ordem das partes, quando as usamos de alguma maneira diferente da fala comum.
64. **sylepsis** [silepse]: espécie de solecismo que quer dizer “concebimento”; ocorre quando, por meio de nomes substantivos e adjetivos de números diferentes, e pronomes de pessoas diferentes, colhemos com um verbo uma cláusula.

65. **synecdoque** [sinédoque]: espécie de solecismo que quer dizer “entendimento”; ocorre quando entendemos o todo pela parte.
66. **syntaxis** [sintaxe]: uma das quatro partes da gramática (as outras são ortografia, prosódia e etimologia); tanto corresponde à construção quanto trata dela.
67. **justantiuo** [substantivo]: qualidade do nome que se distingue da qualidade “adjetivo” por ter existência em si e não poder ser antecedido pela palavra “coisa”.
68. **tantologia** [tautologia]: espécie de solecismo que quer dizer “repetição de uma palavra muitas vezes”.
69. **trãfítuio** [transitivo]: verbo pessoal que quer dizer “passador”, ou seja, que passa sua ação a outra coisa (ao contrário do verbo neutro); pode reger diferentes casos.
70. **uocatiuo** [vocativo]: quinto caso dos nomes (os demais são nominativo, genitivo, dativo, acusativo e ablativo), no qual está a pessoa que chamamos; é regido pela interjeição “ó” e outras que se veem em seu lugar; outra grafia: “vocatíuo”.
71. **uiçio** [vício]: o mesmo que “figura”.
72. **verbo** [verbo]: parte da oração (as demais são artigo, nome, pronome, advérbio, particípio, conjunção, preposição e interjeição) que não se declina por casos como o nome e o pronome, mas se conjuga em modos e tempos; voz ou palavra que demonstra fazer alguma coisa; divide-se, por um lado, em substantivo (verbo *ser*) e adjetivo (demais verbos) e, por outro, em pessoal e impessoal.
73. **vóz autiua** [voz ativa]: voz ou modo que age ao realizar a ação; opõe-se à voz passiva e, assim como ela, é também uma das duas maneiras de ser do verbo impessoal.
74. **vóz paçfiua** [voz passiva]: voz ou modo que padece ao receber a ação; modo em que o verbo ativo pode ser convertido (ao contrário do verbo neutro); supre, por rodeio, com o verbo *ser* e um particípio do tempo passado, a ausência de verbo passivo em português; opõe-se à voz ativa e, assim como ela, é também uma das duas maneiras de ser do verbo impessoal, sendo formado, nesse caso, por um verbo neutro e o pronome de terceira pessoa *se*.
75. **zeuma** [zeugma]: espécie de solecismo que quer dizer “conjunção”. Ocorre quando damos muitas partes a um verbo. Contrário de “hypozenjís”.

Fonte: Elaboração própria.

A rede taxonômica (Figura 1) é uma espécie de fotografia da sintaxe presente na *Grammatica da lingua Portuguesa*, de João Barros (1540). O glossário de metatermos que a acompanha (Quadro 6) pode ser consultado para esclarecer dúvidas durante a leitura da rede ou para compreender o significado de um metatermo num sistema terminológico particular e na relação com o contexto intelectual em que o instrumento linguístico se insere. Apesar de ambas as ferramentas serem, em grande parte, autoexplicativas, alguns aspectos gerais e específicos serão retomados e desenvolvidos na sequência.

3.1 Inspiração em Nebrija e macro-organização sintática

Costuma-se afirmar que a *Gramatica de la lengua castellana*, publicada em 1492 pelo filólogo espanhol Elio Antonio de Nebrija (1444-1522), é a principal fonte de inspiração para a *Grammatica* de João de Barros (cf. Buescu, 1984, p. 87; Leite, 2007, p. 105). Muito por isso, o autor português é frequentemente considerado pouco original pela literatura especializada, sobretudo quando comparado a Fernão d'Oliveira (Schäfer-Prieß, 2019, p. 14). É de se esperar, portanto, que a macro-organização do modelo sintático de Barros reflita o que há no Livro IV (“Que es de syntaxis y orden de las diez partes de la oración”) da gramática de Nebrija: inicialmente, a exposição das relações e regras de concordância e regência (Capítulos I a IV do Livro IV); em seguida, a apresentação de uma sintaxe irregular, centrada em uma lista de solecismos (Capítulos V e VII do Livro IV).

De fato, é essa estrutura que se vê na Figura 1, em que a sintaxe de Barros (1540) é apresentada em duas partes, isto é, em dois grandes grupos de metatermos em rede. O primeiro grupo corresponde à sintaxe propriamente dita, que se subdivide em regras gerais de concordância (quatro tipos) e regras particulares e acidentais de regimento [regência] (cinco tipos), tratadas principalmente no capítulo “Da construiçam das pártes” (Barros, 1540, p. 30-33 verso). O segundo grupo abrange um conjunto de 34 tipos de solecismo²², arrolados no capítulo “Das figvras” (Barros, 1540, p. 34-39 verso), na mesma sequência em que aparecem na obra de Nebrija (1492, p. 50-54)²³. Essa macro-organização, a propósito, persistiu na maioria das obras gramaticais em português subsequentes, pelo menos até o final do século 18, evidenciando a permanência das características centrais do modelo sintático de Barros na gramaticografia da língua.

Portanto, João de Barros incorporou com sucesso, indiscutivelmente, elementos da sintaxe de Antonio de Nebrija em sua obra. Não se deve esquecer, no entanto, que essas semelhanças também decorrem de um patrimônio comum de gramatização de base latina, àquilo que Auroux (2014, p. 46) chama de “gramática latina estendida”. Em Barros (1540), isso pode ser observado, por exemplo, nas referências genéricas aos “latinos” e “gramáticos”, bem como a autores latinos específicos, como Quintiliano (35-96 EC), sugerindo que o autor consultou diretamente fontes latinas, como ilustram os seguintes trechos retirados da parte da gramática dedicada à sintaxe:

[...] fica agóra uermos a quãrta que e da cõftruiçã, Efta (fegundo difinçã dos *grãmáticos*) e hũa cõueniẽcia antre pártes, póftas e feus naturáes lugáres (p. 30); Nós tomaremos da nófça cõftruiçãm o mais necefário, immitando fẽmpre a órdem dos *latinos* (p. 30); Estes uerbos peçoães, ou páfça a fua auçãm em outra coufa, ou nam. Os que paífam chamãlhe os *latinos* trãfítuios (verso p. 31); Figura (fegũdo difinçã de *Quintiliano*) e hũa fôrma de dizer per algũa árte nóua (p. 34); Muitas outras figuras tem os *latinos* as quães nam exemplificamos em nófça linguagem (verso p. 39, *grifos nossos*).

Além disso, de acordo com Buescu (1984, p. 67), em geral, a conformidade com o esquema dos gramáticos latinos na *Gramatica de la lengua castellana* é mais nítida e rígida do que na *Grammatica da lingua Portuguefã*, cuja latinização é mais formal do que essencial: uma análise estatística do texto de Barros revela que ele se preocupa mais em demonstrar diferenças (eles latinos vs. nós portugueses) do que apontar identidades. A ordenação da sintaxe e a organização de seus capítulos também indicam diferenças entre Barros e Nebrija, o que reforça a tese de que ele deve ter consultado fontes diferentes, além da obra castelhana. A *Grammatica* de Barros é, assim, uma resposta à iniciativa gramaticográfica de Nebrija (e não uma mera transposição de seu projeto), documentando a integração da atividade intelectual portuguesa na vida e na cultura do Ocidente europeu.

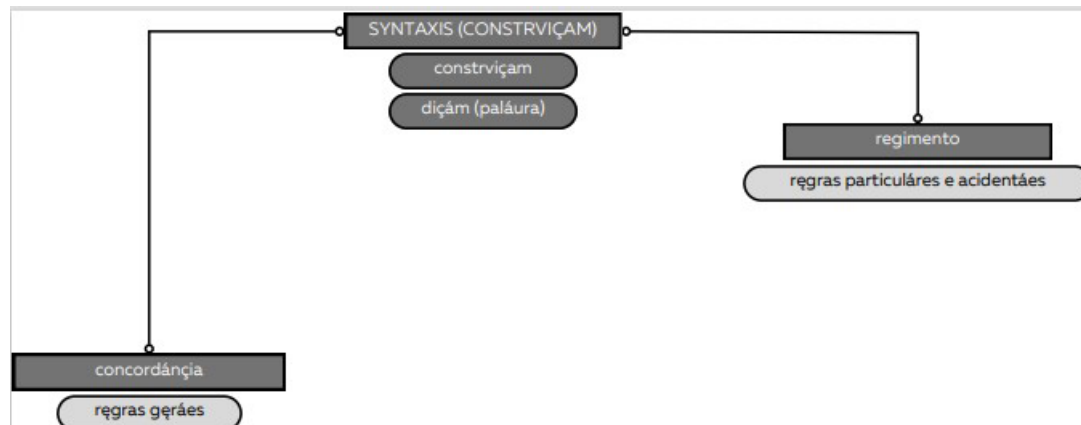
²² Nem todos os solecismos apresentados em Barros (1540) podem ser considerados, sob o olhar do linguista atual, como fenômenos ou desvios propriamente sintáticos. É o caso, por exemplo, da *ironia*, da *metáfora* e da *metonímia* (ver exemplificação e explicação desses metatermos na rede taxonômica e nos verbetes 37, 39 e 40 do glossário).

²³ Além desses 34 tipos de solecismo, no capítulo VII do Livro IV de Nebrija (1492, p. 50-54) há outros 16 tipos, ausentes em Barros (1540): *synthesis*, *acirologia*, *tapinosis*, *anadiplosis*, *anaphora*, *epanalepsis*, *paronomasia*, *omeoteleuton*, *omeoptoton*, *catachresis*, *periphrasis*, *hysterologia*, *anastrophia*, *temesis*, *synchesis* e *calepos*.

3.2 Subdivisão da “syntaxis” e equivocidade do metatermo “construviçam”

A rede taxonômica da Figura 1 mostra que a bifurcação inicial do modelo sintático da *Grammatica* de Barros corresponde a “syntaxis” ramificada em “concordância” e “regimento”, conforme trecho da rede recortado a seguir:

Figura 2 – Divisão da syntaxe de Barros (1540) em concordância e regência



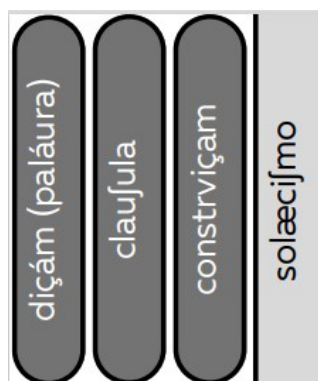
Fonte: Elaboração própria.

A Figura 2 evidencia não haver, no modelo sintático sob análise, a divisão primária entre “syntaxe simples/regular/natural” e “syntaxe figurada”, tão comum em gramáticas portuguesas subsequentes, especialmente no século 18, como nas obras de Argote (1725), Lobato (1770), Álvares (1786)²⁴, Figueiredo (1799) e Fonseca (1799). De modo estrito, portanto, a syntaxe em Barros (1540) equivale ao conjunto das regras de concordância e regência. Nesse modelo, as “figuras” – incluindo não apenas os “bárbarismos”, mas também os “solæcismos” – estão fora da syntaxe propriamente dita, tanto que são abordadas em capítulo próprio.

A Figura 2 ainda destaca que o metatermo “syntaxis” compartilha espaço com outro metatermo de mais alta frequência na obra: “construviçam”, oriundo da forma latina *constructio*, adaptada da forma grega *σύνταξις* [*syntaxis*]. Embora não seja de uso corrente na gramatografia portuguesa subsequente (Schäfer-Prieß, 2019, p. 135), registra-se esse metatermo, também equivalendo à syntaxe, em Figueiredo (1799) e Fonseca (1799). Entretanto, em Barros (1540), há uma particularidade: “construviçam” é tanto sinônimo de “syntaxis” quanto objeto/unidade de análise da “syntaxis”, como revela a Figura 2, mas igualmente objeto/unidade de análise do “solæcismo”, como mostra este outro trecho recortado da rede:

²⁴ Álvares (1786, p. 35-44), embora adote essa mesma ideia, utiliza uma terminologia diferente para designar essa bifurcação inicial: subdivide a “syntaxe” em “das regras mais ordinárias” e “das figuras”.

Figura 3 – Objetos/unidades de análise do solecismo em Barros (1540)



Fonte: Elaboração própria.

Assim, a rede taxonômica representa essa peculiaridade terminológica do modelo sintático de Barros (1540) envolvendo o metatermo “construviçam”. Por sua vez, os verbetes 20, 63 e 66 do glossário (ver Quadro 2) buscam organizar a multiplicidade de significados desse metatermos na obra, o qual é considerado ora como parte da gramática – “tratamos das primeiras tres pártes da grãmática. f. lettera, syllaba, diçã: fica agóra uermos a quàrta que ẽ da cõjtruiçã [sic]” (Barros, 1540, p. 30) – ora como objeto/unidade de análise – “Ortografia, que tráta de letera, em Profodia, que tráta de fyllaba, em Ethimologia, que tráta da diçam e em Syntaxis, a que rejpõde a cõjtruçã [sic]” (Barros, 1540, p. 2 verso).

Deve-se destacar, em contrapartida, que a equivocidade do metatermo “construviçam” em Barros (1540) também é observada, de certo modo, no metatermo “sintaxe” na gramaticografia ocidental dos séculos 17 a 19, utilizado para designar: a) as regras particulares a que cada língua recorre para combinar palavras em frases; b) a disciplina ou a parte da gramática responsável por descrever e explicar essas combinações; e c) fenômenos particulares no âmbito sintagmático (Auroux, 1979, p. 103; Fonseca, 2019, p. 163). Em última instância, pode-se afirmar que essas (e outras) interpretações decorrentes do uso de “sintaxe” e “construção” ainda vigoram no discurso contemporâneo da linguística quando se trata desse nível de análise gramatical.

3.3 Relações formais entre palavras e projeção da oração

Enquanto metatermo ou objeto/unidade de análise, a “oração” não desempenha papel relevante no modelo sintático de Barros (1540). Note-se a ausência desse metatermo na rede taxonômica e no glossário, embora ele esteja presente na *Grammatica* – mas sem qualquer definição – quando, por exemplo, se faz referência a “pártis da oraçâm” (Barros, 1540, p. 12).

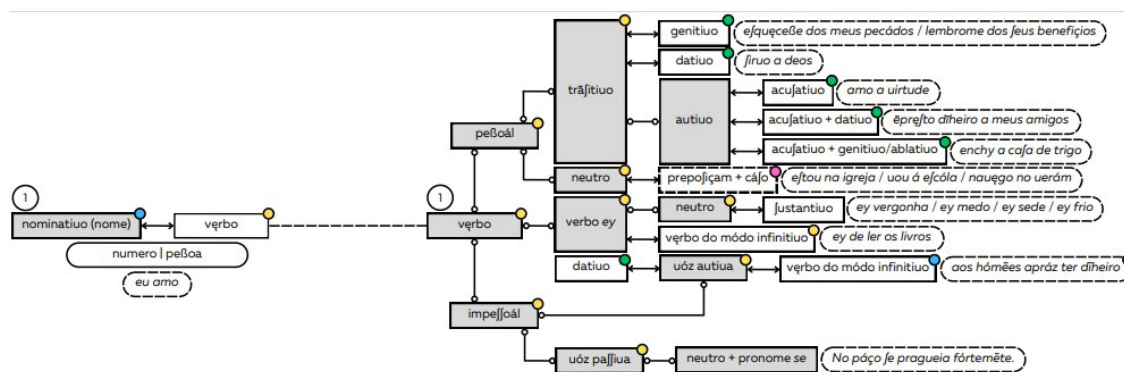
Isso se explica porque, dado que o modelo é estruturado a partir das regras de concordância e regência, a sintaxe na obra equivale às relações formais entre as *partes da oração*, ou seja, às relações formais entre as *palavras*. No domínio da “concordância”, essas relações são de identidade e envolvem os acidentes “numero”, “peçoa”, “gẽnero” e/ou “cáfo”; já no domínio do “regimento”, as relações são de determinação e envolvem, principalmente, o acidente

“cáfo”. Na verdade, a unidade *palavra* é o ponto central de análise não apenas na sintaxe, mas em toda a *Grammatica* de Barros (Schäfer-Prieß, 2019, p. 316-317): a ortografia estuda suas letras; a prosódia, suas sílabas; a etimologia, suas formas.

Essa ideia de sintaxe circunscrita às relações formais entre palavras – a propósito, também presente em Nebrija (1492) – é introduzida na gramaticografia portuguesa, portanto, a partir de Barros (1540), percorrendo-a, com certa estabilidade, pelo menos até o final dos setecentos²⁵. Assim, durante esses três séculos, a estrutura da oração em português não foi descrita em sua completude lógico-semântica. Em vez disso, a ênfase analítica incidu nas relações formais entre, de um lado, o nome no caso nominativo e o verbo (relação de concordância); e, de outro lado, o verbo e o nome nos demais casos (relação de regência).

A despeito dessa configuração, que pode ser visualizada na primeira parte da rede taxonômica (ver Figura 1), estruturas oracionais completas no português podem ser projetadas no modelo sintático de Barros (1540) a partir da consideração de relações lógicas não manifestas e metatermos latentes. Essas projeções são possíveis quando se nivelam a regra de “concordância” do tipo (1), centrada na relação formal de identidade entre o “nominatiuo/nome” e o “verbo”, à regra de “regimento” do tipo (1), ramificada nas relações formais de determinação entre diferentes tipos de “verbo” e seus respectivos “cáfos”:

Figura 4 – Projeção da oração no modelo sintático de Barros (1540)



Fonte: Elaboração própria.

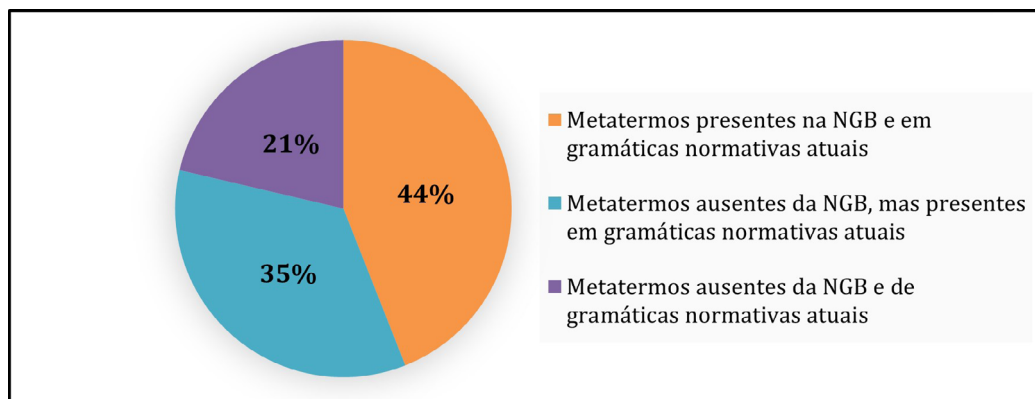
Dessa forma, na Figura 4, mais um trecho recortado da rede taxonômica apresentada na Figura 1, os círculos nas cores azul, amarelo, verde e rosa representam, respectivamente, as ideias de “sujeito”, “verbo”, “complemento verbal” e “adjunto adverbial” – embrionárias no modelo sintático dos quinhentos, mas fundamentais ao saber sintático contemporâneo no âmbito da gramaticografia (tradicional ou não), dos estudos linguísticos e das abordagens de ensino de gramática na educação básica.

²⁵ Entre os instrumentos linguísticos apresentados no Quadro 3 (1540-1799), a *Grammatica philosophica* de Mélo Bacellar (1783) é a única que se afasta, numa primeira análise, dessa macro-organização centrada nas relações de concordância e regência entre palavras, não apenas por apresentar efetivamente a “oração” (também chamada de “período” ou “proposição”) como objeto de análise sintática, mas também por realizar essa análise a partir da ideia de “partes essenciais da oração” (“agente”, “ação” e “acionado”), às quais se ligam “adjuntos” e “circunstâncias” (Mélo Bacellar, 1783, p. 13-14).

3.4 Metatermos quinhentistas e NGB

Embora metatermos estruturantes da oração na gramaticografia contemporânea – como “sujeito”, “complemento” e “adjunto” – não apareçam na *Grammatica* de Barros (1540), muito da terminologia das gramáticas elaboradas de acordo com a NGB (1959) já se apresenta no modelo sintático do autor:

Gráfico 1 – Presença da terminologia sintática de Barros (1540) na gramaticografia proveniente da NGB (1959)



Fonte: Elaboração própria.

O Gráfico 1 mostra que, dos 75 metatermos que compõem o modelo sintático quinhentista, 79% (44% + 35%) estão presentes na NGB e/ou em gramáticas normativas que a seguem, publicadas na segunda metade do século 20 e reeditadas, reimpressas e em circulação nos dias atuais, como Rocha Lima (2011), Bechara (2019), Mendes de Almeida (2019) ou Cunha e Cintra (2021). Além disso, o conteúdo (focal e contrastivo) desse grupo maior de metatermos na *Grammatica* de Barros é bem semelhante ao que se observa nessas obras contemporâneas. Destaque-se que os 21% restantes do total de metatermos se situam na segunda parte da rede taxonômica, dedicada aos solecismos. Isso significa que o conjunto de metatermos da “syntaxis” em Barros (1540) – a primeira parte da rede, ramificada em “concordância” e “regimento” – permanece integralmente na gramaticografia brasileira contemporânea de base tradicional, conforme detalha o Quadro 7:

Quadro 7 – Distribuição dos metatermos do modelo sintático de Barros (1540) nos grupos do Gráfico 1

75 metatermos		
33 presentes na NGB e em gramáticas normativas atuais	26 ausentes da NGB, mas presentes em gramáticas normativas atuais	16 ausentes da NGB e de gramáticas normativas atuais
aduêrbio aietiuo appoſitio cacophaton concordância eclypſis figura gênero impeſſoál infinitiuo interieicám módo numero paláura parentheſis partiçipio peſboa peſboál pleonaſmo prepoſiçam pronome regimento relativo ſolæciſmo ſylepſis ſyntaxis juſtantiuo trãſitiuo uocatiuo uiçio vêrbo vóz autiua vóz paſſiua	ablatiuo acufatiuo alegoria amphibologia anteçedête antonomaſia apellatiuo autiuo cáſo clauſula conſtruiçám datiuo epytheton genitiuo hyperbole metáfora metonomia neutro nome nominatiuo onomatopeia perioſſologia polyſyntheton prolepſis ſynecdoque zeuma	antiptoſis antyphraſis cacoſyntheton charientifismos dyaletton diçám enigma epizeuxis hirmos hypozenſis ironia macrologia paromecon polypſeton ſcheſionomaton tantalogia

Fonte: Elaboração própria.

Expandindo a questão para além da sintaxe, Gómez Asencio e Gonçalves (2015) realizaram uma contagem aproximada dos metatermos presentes nas gramáticas de Nebrija e Barros que ainda estão vivos nas gramáticas atuais do espanhol e do português. Os pesquisadores também identificaram uma proporção consideravelmente maior de metatermos em uso em comparação aos metatermos obsoletos, o que ratifica o pioneirismo e a influência duradoura desses autores renascentistas. Vale lembrar, porém, que esse conjunto de metatermos, sobretudo os relacionados à sintaxe, não se desliga da cultura gramaticográfica greco-latina. Como Buescu (1984, p. 11) argumenta, as inovações terminológicas introduzidas por João de Barros no campo da sintaxe são de pouca monta quando comparadas aos feitos desse autor nos campos da morfologia e da fonética.

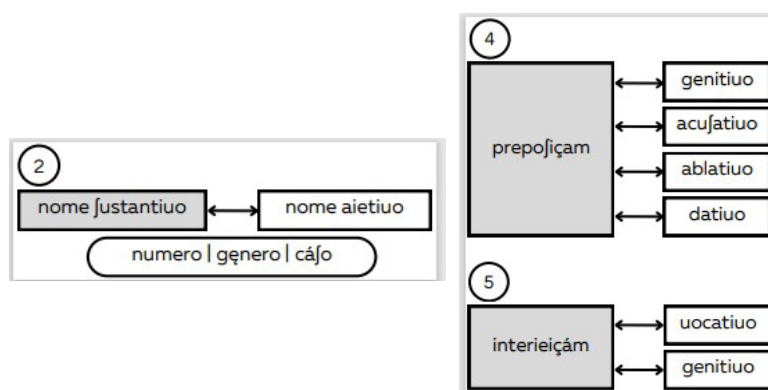
3.5 Sistema de casos e regência

Os esquemas gramaticais greco-latinos servem a Barros (1540) não apenas como fonte terminológica. O latim também aparece na obra como ponto de referência e modelo de codificação gramatical, sobretudo por razões pedagógicas. Na visão de Barros, o estudo da gramática portuguesa facilitaria o conhecimento do latim e de sua gramática. Assim, o autor enfatiza a aproximação dos fatos e sistemas gramaticais nas duas línguas (Buescu, 1984, p. 66-67; Borges Neto, 2022, p. 148-149). No campo da sintaxe, algumas das principais inovações da língua portuguesa em relação ao latim foram devidamente gramatizadas, como a existência do artigo e a formação perifrástica da voz passiva. Entretanto, o sistema de seis casos – “nominativo”, “genitivo”, “acusativo”, “dativo”, “ablativo” e “vocativo” – foi mantido. Nesse último aspecto, Barros (1540) foi seguido por quase todas as gramáticas de língua portuguesa vindouras até o aparecimento de Fonseca (1799), obra que se contrapõe explicitamente a características do que se entende por linhagem latinizada da gramaticografia portuguesa (cf. Faraco; Vieira, 2021, p. 486-489).

A rede taxonômica da Figura 1 revela que o metatermo “cáſo” integra o modelo sintático barrosiano de duas maneiras diferentes: explicitamente, como um dos acidentes da regra de “concordância” do tipo (2), na qual o “nome aietiuo” concorda em “cáſo” – além de

“gênero” e “numero” – com o “nome Justantiuo”; e implicitamente, como elemento determinado nas cinco regras de “regimento”, manifestando-se nos metatermos “genitiuo”, “acufatiuo”, “datiuo”, “ablatiuo” ou “uocatiuo”. A Figura 5, ao recortar da rede taxonômica de Barros (1540) a regra (2) de “concordância” e as regras (4) e (5) de “regimento”, ilustra esses dois papéis do metatermo “cáfo” na obra:

Figura 5 – O metatermo “cáfo” como acidente da “concordância” e unidade do “regimento” em Barros (1540)



Fonte: Elaboração própria.

De toda sorte, ambos os arranjos decorrem da transposição de regras da gramática latina, e não de particularidades prescritivas ou características descritivas específicas do português. Esse desenho reforça a tese de que João de Barros “escreve uma gramática do português que reproduz, até onde é possível (e às vezes até onde não seria mais possível), a gramática latina” (Borges Neto, 2022, p. 149), ainda que enfatize a retórica “eles latinos vs. nós portugueses” face às diferenças incontornáveis entre as duas línguas.

A análise desses cinco tipos de “cáfo” nas regras de “regimento” exemplifica essa questão. Tais metatermos, centrais à gramaticografia latina, ganham em Barros (1540) significados mais amplos, muitas vezes imprecisos, associados a aspectos ontológicos e desvinculados das marcas morfológicas decorrentes das declinações latinas (ver verbetes 1, 2, 21, 30, 44 e 70 do glossário de metatermos), as quais não existem em português. Quando determinados pelo “regimento” do “verbo”, alguns deles se aproximam, conforme já indicado na Figura 4, da ideia de “complemento verbal” da gramaticografia contemporânea²⁶. Em linhas gerais, diferentemente dos casos latinos, os casos portugueses apresentados em João de Barros não se distinguem pelas terminações, mas pela regência (Cardoso, 2004, p. 85; Borges Neto, 2022, p. 165), ou melhor, a partir da identificação da preposição e/ou do artigo que acompanha(m) o nome português.

3.6 O metatermo “regimento” e tipos de “verbo peçoál”

Vale examinar mais detalhadamente a natureza do metatermo “regimento” [regência] e suas implicações na sintaxe de João de Barros, que assim explica esse tipo de relação: “Regimento

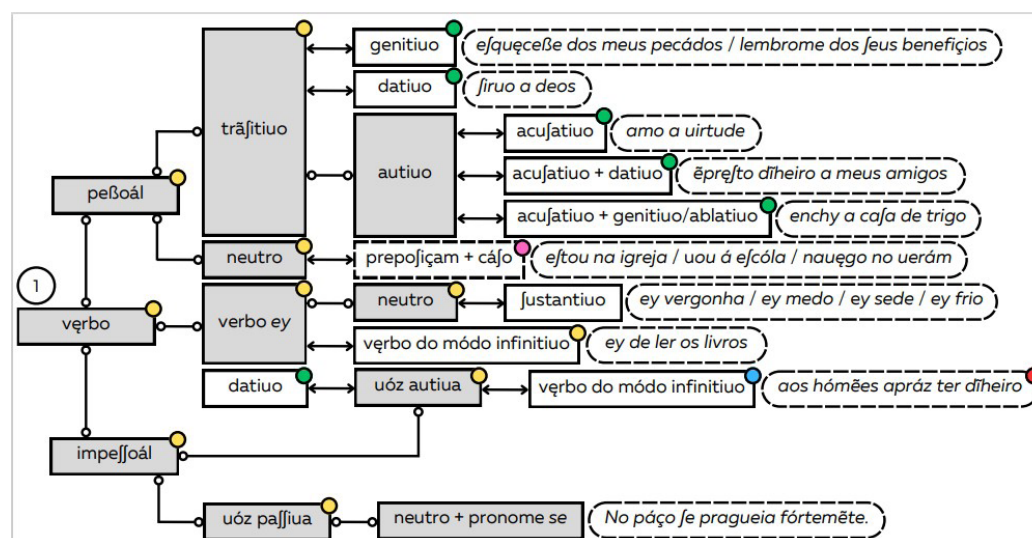
²⁶ A esse respeito, Moura Neves (2014, p. 38) afirma que “a explicitação da noção de regência vinculada determinadamente à noção de complementação é uma constante na tradição gramatical brasileira”.

e quando hũa diçãm je construe com outra diuêrjã a ella, per gẽnero ou per numero cáfo ou peçoã: jõmente per hũa ejspecial natureza, cõ que obriga e jõeita a seguinte ajer põsta em algum dos cáfos que temos” (Barros, 1540, p. 30 verso).

Nessa definição de “regimento”, destacam-se duas características centrais à relação: a diferença morfológica e a dependência de caso entre as palavras. A rede taxonômica da Figura 1 mostra que a unidade que determina o caso (o termo regente) pode ser não apenas um “verbo peçoál trãjitiuo”, um “nome justantiuo/aietiuo” ou um “aduêrbio” (como, em geral, descrito atualmente), mas também uma “interieicãm” ou “prepojicãm”. A inclusão dessa última unidade como elemento determinante da relação de “regimento”, especificamente na regra do tipo (4), acarreta ao modelo sintático sobreposição descritiva, considerando-se as regras do tipo (1), (2) e (3), que apresentam unidades preposicionadas funcionando como elementos determinados nos casos “genitiuo”, “datiuo” e “ablatiuo” (os termos regidos). Veja-se, por exemplo, diferentes configurações descritivas da construção “jiruo a deos”, presentes nas regras de “regimento” do tipo (1) (“verbo peçoál trãjitiuo + datiuo”) e do tipo (4) (“prepojicãm + datiuo”).

Outra sobreposição descritiva na relação de regência do modelo sintático de Barros (1540) envolve duas classificações distintas para o “verbo peçoál”. A primeira classificação é apresentada na terceira parte da gramática, que estuda a “diçãm” (palavra), especificamente no capítulo “Do verbo”: trata-se da distinção entre “verbo autiuo” e “verbo neutro”. A segunda classificação aparece na quarta parte da obra, dedicada à “syntaxis”, exatamente no capítulo “Da constrviçãm”: refere-se ao par “verbo trãjitiuo” e “verbo neutro”. É importante notar a recorrência do metatermo “neutro”, ora em oposição ao metatermo “autiuo”, ora em contraste com o metatermo “trãjitiuo”. Essa situação singular pode ser observada na Figura 6, último recorte da rede taxonômica da sintaxe de Barros (1540):

Figura 6 – Tipos de “verbo peçoál” no modelo sintático de Barros (1540)



Fonte: Elaboração própria.

A Figura 6 esclarece que, na sintaxe de Barros (1540), todo “verbo autiuo” é um “verbo trãjitiuo”, mas nem todo “verbo trãjitiuo” é um “verbo autiuo”, pois apenas este último rege exclusivamente unidades no “cáfo acusatiuo”. Por sua vez, o “verbo neutro” se opõe ao “verbo autiuo” porque “je nã póde cõuerter ao módo passiuo” (BARROS, 1540, p. 18) e ao “verbo

trãjitiuo” porque sua “auçã nã pájja ã outra couja” e “depois de jy nam quẽrem cájo jẽnam mediãte prepojiçã: como, Ejtou na igreia, uou á efcóla” (p. 32). Essa primeira diferença enfatiza a dimensão estrutural da construção (ativa e passiva) como um todo, enquanto a segunda diferença considera, em certa medida, a dimensão lógico-relacional entre as palavras.

Também em certa medida, a oposição entre “verbo trãjitiuo” e “verbo neutro” aproxima, num horizonte de projeção, os conteúdos dos metatermos “neutro” e “intransitivo”, este último ausente do modelo sintático de Barros (1540). Na gramaticografia portuguesa, o metatermo “neutro” só começaria a ceder espaço para o metatermo “intransitivo” no final dos setecentos, em instrumentos como Fonseca (1799), cuja descrição gramatical tenta dar conta do “gênio da língua” – uma gramática de linhagem empirista, portanto (Faraco; Vieira, 2021, p. 486-489). Dado que, ao contrário do latim, não existem “verbos passivos” em português, não há razão para ser mantido o sistema verbal triádico latino “ativo”, “passivo” e “neutro”. Assim, o par “transitivo” e “intransitivo” se tornaria, numa sintaxe centrada em relações mais lógicas do que formais, uma alternativa mais apropriada.

Outra aproximação prospectiva que decorre do par “trãjitiuo” e “neutro” no modelo é a relação entre a unidade facultativa determinada pelo “verbo neutro”, representada na Figura 6 como “prepojiçam + cajo”, e a ideia contemporânea de “adjunto adverbial”, na acepção de “termo acessório da oração”, como consta nas gramáticas que seguem a NGB. Observe-se que o elemento “prepojiçam + cajo” aparece sinalizado na rede por meio de um retângulo tracejado, que indica sua facultatividade, e de um círculo rosa, que representa essa ideia de “adjunto adverbial”.

Em suma, embora o “regimento” – ao lado da “concordância” – até hoje constitua território fértil para a inclusão de parâmetros avaliativos da construção sintática, inserindo-se privilegiadamente no chamado eixo da norma-padrão da gramática tradicional, na obra de Barros esse tema também se impõe não só pela possibilidade de obediência ao sistema de casos latinos (ao menos em terminologia), mas também pelo seu valor para o eixo da descrição metalinguística, prenunciando, ainda que muito timidamente, relações lógicas entre o verbo e outras partes da oração. Por meio do modelo sintático de Barros (1540), pode-se, assim, antever ideias linguísticas envolvendo predicação, transitividade, complementação, adjunção, entre outras a elas relacionadas e tão caras à descrição sintática contemporânea.

3.7 Construções complexas: coordenação e subordinação

Em Barros (1540), ou nas gramáticas portuguesas subsequentes, pelo menos até o século 18, não há análises sistematizadas de “construções complexas” (Moura Neves, 2016, p. 7-11), isto é, daquilo que a tradição gramaticográfica e pedagógica brasileira, à luz da NGB (1959), costuma chamar de “orações coordenadas e subordinadas” ou “período composto por coordenação e subordinação”. Isso explica a ausência desses processos sintáticos e de metatermos que os representem na rede taxonômica e no glossário aqui elaborados. Tal lacuna se deve, como esperado, à ênfase nas relações formais de concordância e regência, centradas nas palavras, em detrimento das relações lógicas entre as unidades constitutivas de construções (simples ou complexas) “dotadas de sentido completo”.

Por outro lado, na rede taxonômica, podem ser identificados exemplos que indicam a sensibilidade do gramático quinhentista em relação a construções complexas da língua,

embora lhe falte o aparato técnico e uma terminologia apropriada para sistematizar esses processos sintáticos. Assim, Barros (1540, p. 32) analisa a subordinação substantiva presente na construção “aos hómẽes *apráz* ter dñheiro” (destacada na Figura 6 com um círculo vermelho) como decorrente da regência de verbos considerados impessoais, como “aprazer”, que “ante de *ŷy* quẽrẽ dtõ [dativo], e depois de *ŷy* hũ uẽrbo do módo infinito”. O autor apresenta exemplos análogos com outros verbos de classificação semelhante – “a my *cõuẽ* dár doutrina” [convir], “a ty *releua* aprẽder ciencia” [relevar] e “ás molheres *cõpre* oneſtidãde, e a todos obedecer aos preçeitos da igreja” [cumprir] –, revelando e gramatizando a recorrência estrutural “datiuo + uẽrbo impeſſoál (uóz autiua) + uẽrbo do modo infinitiuo” (ver Figura 6).

A maioria das construções complexas encontradas em Barros (1540), no entanto, são analisadas como espécies de “solæciſmo”. Desse universo, na segunda parte da rede taxonômica (ver Figura 1), estão destacados com círculos coloridos exemplos de “figuras/uiçios” que se assemelham ou até mesmo equivalem a orações coordenadas – “prolepſis”, “zeuma”, “hypozenſis”, “sylepſis” e “polyſyntheton” – ou subordinadas adjetivas – “antiptopſis”, “macrologia”, “cacoſyntheton”, “hirmos” e “dyaletton”. Vale notar o uso do metatermo “clauſula” [cláusula] na explicação de alguns desses solecismos (ver verbetes 18, 23, 56 e 64 do glossário de metatermos), o que sugere que essas construções envolvem mais do que relações entre palavras ou partes da oração.

Por fim, é relevante mencionar que Barros estabelece duas espécies de “coniunçám” [conjunção]: a “copulatiua” [copulativa] e a “diſiuntiuua” [disjuntiva], exemplificadas respectivamente pelos elementos “e” e “ou”. Entretanto, a abordagem dessas unidades não mobiliza estruturas oracionais coordenadas, limitando-se à coordenação de palavras, como, por exemplo, em “Alexãdre e Ceſar e Hanibál e Põpeo e Pirro, forã grandes capitães” (Barros, 1540, p. 33 verso). Desse modo, por não fazerem parte da macro-organização ou das relações internas do modelo sintático de Barros (1540), esses três metatermos não foram apresentados na rede taxonômica nem no glossário.

4 Últimas palavras

Este artigo apresentou duas ferramentas autorais bastante produtivas para análise, reconstrução, sistematização e comparação de modelos sintáticos explícitos ou subjacentes na história da gramaticografia ocidental: a *rede taxonômica* e o *glossário de metatermos*. Isso foi feito a partir do escrutínio das ideias sobre sintaxe contidas na *Grammatica da língua Portuguesa* (1540), de João de Barros.

A análise terminográfica desenvolvida foi do tipo “monográfica/isotópica” (Swiggers, 2009b, p. 24), pois se concentrou na terminologia sintática de uma obra específica de um autor específico. Em trabalhos futuros, de posse desses resultados, pretendo desenvolver terminografias do tipo “comparativa/contrastiva”. Isso envolverá o cotejo e a contraposição entre o modelo sintático de Barros (1540) e os modelos sintáticos dos instrumentos linguísticos listados no Quadro 3: Roboredo (1619), Gama/Argote (1721/1725), Cunha (1788 [1769]), Lobato (1770, 1797), Bacellar (1783), Álvares (1786), Casimiro (1792), Figueiredo (1799) e Fonseca (1799).

O objetivo, a médio prazo, é elaborar uma *síntese de alcance hermenêutico*²⁷ da sintaxe desenvolvida nos três primeiros séculos de gramaticografia portuguesa, prenúncio da gramaticografia brasileira. Trata-se de uma empreitada historiográfica necessária e, até o momento, inédita, que abrange a criação de uma história longitudinal dos modelos e da terminologia sintática luso-brasileira, bem como a produção de um dicionário da evolução dos metatermos que os constituem.

Referências

- ALTMAN, C. História, estórias e historiografia da linguística brasileira. *Todas as Letras*, São Paulo, v. 14, n. 1, 2012. p. 14-37. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/4526>>. Acesso em: 02 nov. 2023.
- ÁLVARES, F. de C. *Breve compendio da gramatica portugueza para o uso Das Meninas que fê educação no Mo/teiro da Vizitação de Lisboa*. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1786.
- ARGOTE, J. C. de. *Regras da lingua Portuguesa, espelho da lingua Latina, Ou di/posição para facilitar o ensino de lingua Latina pelas regras da Portuguesa*. 2ª. impressão. Lisboa: Officina da Musica, 1725 [1721].
- ARISTÓTELES. *Categorias*. Trad. Ricardo Santos. Porto: Porto Editora, 1995.
- ARNAULD; LANCELOT. *Gramática de Port-Royal ou Gramática geral e razoada*. São Paulo: Martins Fontes, 1992 [1660].
- AUROUX, S. *La sémiotique des encyclopédistes*. Paris: Payot, 1979.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. 3ª ed. Trad. E. P. Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014 [1992].
- BACELLAR, B. de L. e M. *Grammatica philosophica, e orthographia racional da Lingua Portuguesa; Para fê pronunciarem, e e/creverem com acerto os vocabulos de/te idiôma*. Lisboa: Offic. de Simão Thaddeo Ferreira, 1783.
- BARROS, D. L. P. de. O discurso da gramática do português. *Revista da ABRALIN*, v. Eletrônico, n. Especial, p. 291-332, 1ª parte 2011. Disponível em: <<https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1094>>. Acesso em: 02 nov. 2023.
- BARROS, J. D. A história Serial e história Quantitativa no movimento dos Annales. *História Revista*, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 203-222, jan.-jun. 2012. DOI: 10.5216/hr.v17i1.21693.
- BARROS, J. de. *Grammatica da lingua portugueza com os mandamentos da fanta mãe igreja*. Lisboa: Casa de Luís Rodriguez, 1539.
- BARROS, J. de. *Grammatica da lingua Portugueza Dialogo em lovvor da nossa lingvagem*. Lisboa: Olyssippone. Apud Lodouicum Rotorigiũ, 1540.

²⁷ Koerner (1996a, p. 47) afirma, nessa direção, que a prática historiográfica requer capacidade de síntese, isto é, a faculdade de destilar o essencial da massa dos fatos empíricos coligidos a partir das fontes primárias, a fim de interpretar as descobertas e lhes fornecer uma explicação adequada.

- BATISTA, R. de O. *Fundamentos da pesquisa em Historiografia da Linguística*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2020.
- BECCARI, A. J. *Tratado sobre os modos de significar da gramática especulativa, de Tomás de Erfurt*. Curitiba: Editora da UFPR, 2019.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 39ª ed. Nova ed. rev. e ampl. pelo autor. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019 [1961].
- BECKER, C. L. *The Heavenly City of the Eighteenth-Century Philosophers*. New Haven; London: Yale Univ. Press, 1932.
- BOLIQUEIME, E. M. da C. *As figuras de construção na gramaticografia portuguesa do século XVIII*. 2021. 136 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2021.
- BORGES NETO, J. *História da gramática*. Curitiba: Editora da UFPR, 2022.
- BOTAS, V. B. Introducción. In: DÍSCOLO, A. *Sintaxis*. Trad. Vicente Bécares Botas. Madrid: Editorial Gredos, 1987. p. 9-70.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Nomenclatura Gramatical Brasileira*. Diário Oficial de 11 mai. 1959.
- BUESCU, M. L. C. *Historiografia da língua portuguesa: século XVI*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1984.
- CARDOSO, S. O estudo da palavra na gramática portuguesa no séc. XVI. In: BRITO, A. M. (org.). *Linguística histórica e história da língua portuguesa: actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva*. Porto: Universidade do Porto; Faculdade de Letras, 2004, p. 73-87.
- CASAGRANDE, N. do S. *A implantação da língua portuguesa no Brasil do Século XVI: um percurso histórico*. São Paulo: EDUC, 2005.
- CASIMIRO, J. J. *Methodo grammatical resumido da lingua portugueza*. Porto: Offic. de Antonio Alvarez Ribeiro, 1792.
- CAVALIERE, R. *A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.
- CAVALIERE, R. *História da gramática no Brasil: séculos XVI a XIX*. Petrópolis: Vozes, 2022.
- COLOMBAT, B.; FOURNIER, J-M.; PUECH, C. *Uma história das ideias linguísticas*. Trad. Jacqueline Léon e Marli Quadros Leite. São Paulo: Contexto, 2017.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2021 [1985].
- CUNHA, J. P. F. da. *Breve tratado da orthografia para os que não frequentarão os estudos [...]*. 6ª impressão. Oficina de Antonio Gomes, 1788 [1769].
- D'OLIVEIRA, F. *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Lisboa: Casa d'Germão Galharde, 1536.
- D'OLIVEIRA, F. *Grammatica da linguagem portugueza*. 2ª ed., conforme a de 1536. Imprensa Portuguesa, 1871 [1536].
- DIAS, L. F. Articulação sintática em gramáticas do século XIX. *Letras*, Santa Maria, RS, vol. 18, n. 2, p. 125-134, 2008. DOI: <https://doi.org/10.5902/2176148511983>.

FARACO, C. A.; VIEIRA, F. E. A linhagem empirista na gramaticografia do século 18. *Revista da Abralín*, v. 20, p. 464-492, 2021. DOI: 10.25189/abralin.v20i3.1963.

FERNANDES, G. Os *Grammatices Rudimenta* (>1540) de João de Barros. *Boletim de Estudos Clássicos*, Associação Portuguesa de Estudos Clássicos / Instituto de Estudos Clássicos da Universidade de Coimbra, n. 43, p. 131-136, jun. 2005. Disponível em: <<https://repositorio.utad.pt/handle/10348/6115>>. Acesso em: 25 ago. 2023.

FERREIRA, E. G. de M. *Uma historiografia do processo brasileiro de gramatização da colocação pronominal em gramáticas oitocentistas*. 2021. 232 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

FIGUEIREDO, P. J. de. *Arte da grammatica portugueza ordenada em methodo breve, facil, e claro*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1799.

FONSECA, M. do C. Conceitos-chave do discurso historiográfico português sobre a sintaxe. In: TEIXEIRA, M. (org.). *Estudos da língua portuguesa: a união na diversidade*. Santarém: Instituto Politécnico de Santarém; Escola Superior de Educação, 2019. p. 99-129.

FONSECA, P. J. da. *Rudimentos da grammatica portugueza, Cómmodos á instrucção da Mocidade, em confirmados com selectos exemplos de bons Autores*. Lisboa: Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1799.

GAMA, C. M. da. *Regras da lingua Portuguesa, e/peelho da lingua Latina, Ou disposiçam Para facilitar o en/fino de lingua Latina pelas regras da Portuguesa*. Lisboa: Officina de Mathias Pereyra da Sylva & Joaõ Antunes Pedrozo, 1721.

GÂNDAMO, P. de M. de. *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa*. Edição fac-similada da 1ª ed. Introdução de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981 [1574].

GÓMEZ ASENCIO, J. J.; MONTORO DEL ARCO, E. T. M.; SWIGGERS, P. Principios, tareas, métodos e instrumentos en historiografia lingüística. In: VAQUERA, M. L. C. et al. (Eds.). *Métodos y resultados actuales en historiografia de la lingüística*. Nodus Publikationen, 2014. p. 266-301.

GÓMEZ ASENCIO, J.; GONÇALVES, M. F. Terminologia gramatical luso-castelhana dos inícios: de Antonio de Nebrija e João de Barros. *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 49, v. 2, p. 68-118, jul-dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.vii49.80>.

KEMMLER, R. Caetano Maldonado da Gama, D. Jerónimo Contador de Argote e as duas edições das *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina* (1721, 1725). *Limite*, n. 6, p. 75-101, 2012. Disponível em: <<https://www.revistalimite.es/volumen%206/05kemm.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2023.

KEMMLER, R.; ASSUNÇÃO, C.; FERNANDES, G. A primeira gramática portuguesa para o ensino feminino em Portugal (Lisboa, 1786). *Diacrítica, Revista do Centro de Estudos Humanísticos*, Universidade do Minho, v. 24, n. 1, p. 373-393, 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/269037968_A_primeira_gramatica_portuguesa_para_o_ensino_feminino_em_Portugal_Lisboa_1786>. Acesso em: 01 nov. 2023.

KOERNER, K. Questões que persistem em historiografia linguística. *Revista da ANPOLL*, n. 2, p. 45-70, 1996a. DOI: <https://doi.org/10.18309/anp.vii2.240>.

KOERNER, E. F. K. O problema da metalinguagem em historiografia da linguística. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 95-124, 1996b. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/43754>>. Acesso em: 03 nov. 2023.

- KOERNER, E. F. K. A importância da historiografia linguística e o lugar da história nas ciências da linguagem. In: KOERNER, E. F. K. *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Trás-os-Montes e Alto Douro: Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014a. p. 9-15.
- KOERNER, E. F. K. O problema da metalinguagem em historiografia da linguística. In: KOERNER, E. F. K. *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Trás-os-Montes e Alto Douro: Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014b. p. 75-90.
- KOERNER, E. K. F. The historiography of linguistics past, present, future. In: KOERNER, E. F. K. *Last Papers in Linguistic Historiography*. John Benjamins Publishing Company, 2020. p. 3-35.
- LAUDAN, L. *O progresso e seus problemas: rumo a uma teoria do crescimento científico*. Trad. R. L. Ferreira. São Paulo: Editora Unesp, 2011 [1978].
- LEITE, M. Q. *O nascimento da gramática portuguesa: uso & norma*. São Paulo: Humanitas; Paulistana, 2007.
- LEITE, M. Q. A gramatização da colocação dos pronomes átonos em gramáticas portuguesas e brasileiras. *Todas as Letras*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 127-140, 2013. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/5617>>. Acesso em: 05 abr. 2022.
- LIÃO, D. N. de. *Orthographia da lingua Portuguesa*. Lisboa: Antonio Gonsalves, 1576.
- LIMA, L. C. de. *Orthographia da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Officina de Antonio Isidoro da Fonfeca, 1736.
- LOBATO, A. J. dos R. *Arte da grammatica da lingua portugueza [...]*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1770.
- LOBATO, A. J. dos R. *Arte da grammatica da lingua portugueza [...]*. 4ª impressão. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1797 [1770].
- MENDES DE ALMEIDA, N. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 46ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019 [1944].
- MORAES SILVA, A. de. *Epitome da grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1806.
- MOURA NEVES, M. H. de. Uma avaliação do conceito de regência e transitividade na tradição gramatical do português. *Todas as Letras*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 34-47, mai. 2014. Disponível em: <<https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/6762>>. Acesso em: 30 out. 2023.
- MOURA NEVES, M. H. de. (org.). *A construção das orações complexas*. Ataliba T. de Castilho (Coord.). Gramática do português culto falado no Brasil, v. 5. São Paulo: Contexto, 2016.
- NEBRIJA, E. A. de. *Gramática sobre la lengua castellana*. Edición de Miguel Ángel Esparza y Ramón Sarmiento. Madrid: Fundación Antonio de Nebrija-SGEL, 1992 [1492].
- POLACHINI, B. S. Considerações sobre o impacto da *Grammaire Générale et Raisonnée* de Port-Royal (1660) no tratamento da sintaxe de gramáticas brasileiras do português do século XIX. *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 39-40, p. 296-314, jul.-dez. 2010, jan.-jun. 2011. Disponível em: <<https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/673>>. Acesso em: 02 nov. 2023.
- POLACHINI, B. S. *Uma história serial e conceitual da gramática brasileira oitocentista de língua portuguesa*. 2018, 458 f. Tese (Doutorado em Letras), Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- POLACHINI, B. Análise de textos e metatextos gramaticais: Costa Duarte (1829, 1853, 1859, 1877) e Bithencourt (1862) sobre o 'verbo substantivo'. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras (CPGL)*, São Paulo,

v. 16, p. 17-30, 2016. Disponível em: <<https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgl/article/view/9527>>. Acesso em 23 out. 2023.

POLACHINI, B. S.; DANNA, S. M. D. G. Dados sintáticos do português brasileiro em gramáticas brasileiras oitocentistas. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, vol. 45, n. 1, p. 192-202, 2016. DOI: <https://doi.org/10.21165/el.v45i1.800>.

PRISCIEN. *Grammaire, Livre XVII – Syntaxe*, 1. Trad. Groupe Ars Grammatica. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2010.

ROBINS, R. H. *Pequena história da linguística*. Trad. L. M. M. de Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico; Brasília: INL, 1979.

ROBOREDO, A. de. *Methodo grammatical para todas as lingvas*. Lisboa: Pedro Craesbeeck / The University of Chicago Library, 1619

ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 49ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011 [1957].

SCHÄFER-PRIEB, B. A *Gramaticografia Portuguesa até 1822*: condições da sua génese e critérios de categorização, no âmbito da tradição latina, espanhola e francesa. Trad. J. F. da Silva. Vila Real, Portugal: Centro de Estudos em Letras / Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2019. Disponível em: <https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2020/10/Lingui%CC%81stica_14.pdf>. Acesso em: 01. mar. 2023.

SILVA, M. Princípios metodológicos e fundamentação teórica da gramaticografia - por uma história cultural da gramática portuguesa. *Revista da ABRALIN*, v. 5, n. 1 e 2, p. 61-81, dez. 2006. Disponível em: <<https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/940/867>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

SWIGGERS, P. Modelos, métodos y problemas en la historiografía de la Lingüística. In: ZUMBADO, C. et al. (Eds.). *Nuevas aportaciones a la Historiografía Lingüística*. In: Congreso Internacional de Lasehl, v. 4, Actas... Madrid: Arco Libros, 2004. p. 113-146.

SWIGGERS, P. Terminologie et terminographie linguistiques: problèmes de définition et de calibrage. *Syntaxe & Sémantique – La terminologie linguistique*, n. 7. Caen: Presses universitaires de Caen, p. 13-28, 2006. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-syntaxe-et-semantique-2006-1-page-13.htm>>. Acesso em 19 out. 2023.

SWIGGERS, P. La historiografía de la lingüística: apuntes y reflexiones. *Revista Argentina de Historiografía Lingüística*. Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 67-76, 2009a. Disponível em: <<https://www.rahl.ar/index.php/rahl/article/view/6>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

SWIGGERS, P. Terminología gramatical y lingüística: elementos de análisis historiográfico y metodológico. *Res Diachronicae*, v. 7, 2009b, p. 11-35. Disponível em: <https://resdiachronicae.files.wordpress.com/2013/12/volumen-7-04_swiggers_pierre.pdf>. Acesso em: 29 out. 2023.

SWIGGERS, P. História e Historiografia da Linguística: *status*, modelos e classificações. *Eutomia: Revista de Literatura e Linguística*, Recife, ano III, v. 2, dez. 2010a. p. 1-17. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/EUTOMIA/article/view/1702>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

SWIGGERS, P. Le métalangage de la linguistique: réflexions à propos de la terminologie et de la terminographie linguistiques. *Revista do GEL*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 9-29, 2010b. Disponível em: <<https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/61>>. Acesso em: 14 out. 2023.

SWIGGERS, P. Linguistic historiography: object, methodology, modelization. *Todas as Letras*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 38-53, 2012. Disponível em: <<https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/4527>>. Acesso em: 24 out. 2023.

SWIGGERS, P. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. *Confluência*, n. 44-45, 2013. p. 39-59. Disponível em: <<https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/602>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

SWIGGERS, P. Directions for linguistic historiography. *Cadernos de Historiografia Linguística do CEDOCH: VII MiniEnapol de Historiografia Linguística* (2013). São Paulo, v. 1, p. 8-17, 2015. Disponível em: <https://cedoch.fflch.usp.br/sites/cedoch.fflch.usp.br/files/u65/CHLC1_o.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2023.

SWIGGERS, P. Gramaticografía e historiografía: una visión retro- y prospectiva. *Anales de Lingüística – Segunda época*, Mendoza, Argentina, n. 4, p. 139-154, abr.-set. 2020. Disponível em: <<https://revistas.uncu.edu.ar/ojs3/index.php/analeslinguistica/article/view/4393>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

VIEIRA, F. E. *A gramática tradicional: história crítica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

VIEIRA, F. E. A sintaxe no Brasil: notas historiográficas e eixos temáticos de investigação. *Alfa: Revista de Linguística*, São José do Rio Preto, SP, v. 64, p. 1-29, 2020a. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5794-e12288>.

VIEIRA, F. E. Tradição gramatical: história, epistemologia e ensino. In: VIEIRA, F. E.; BAGNO, M. (orgs.). *História das línguas, histórias da Linguística: homenagem a Carlos Alberto Faraco*. São Paulo: Parábola Editorial, 2020b. p. 85-124.

VIEIRA, F. E.; FARACO, C. A. *Gramática do português brasileiro escrito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2023.